

SABRINA KELLY NOGUEIRA FALCÃO SOARES

**A INSERÇÃO DE JOVENS RURAIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A
PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: Análise da Experiência da
Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, do
Município de Ouricuri, Pernambuco**

**RECIFE-PE
2011**

SABRINA KELLY NOGUEIRA FALCÃO SOARES

**A INSERÇÃO DE JOVENS RURAIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A
PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: Análise da Experiência da
Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, do
Município de Ouricuri, Pernambuco**

Dissertação apresentada como exigência do Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob orientação do Professor Doutor Paulo de Jesus, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

**RECIFE-PE
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

**A INSERÇÃO DE JOVENS RURAIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A
PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: Análise da Experiência da
Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, do
Município de Ouricuri, Pernambuco**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo de Jesus - UFRPE (Orientador)

Profª Drª Betânia Maciel - UFRPE (Examinadora Interna)

Prof. Dr. José Nunes da Silva - UFRPE (Examinador Externo)

Profª Drª Maria Virgínia de Almeida Aguiar - UFRPE (Examinadora Externa)

Ficha catalográfica

S713i Soares, Sabrina Kelly Nogueira Falcão
A inserção de jovens rurais na economia solidária na perspectiva do desenvolvimento local: a experiência da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, do município de Ouricuri, Pernambuco / Sabrina Kelly Nogueira Falcão Soares. – 2011.
110 f.: il.

Orientador: Paulo de Jesus.
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2011.
Inclui referências, anexo e apêndice.

1. Juventude rural 2. Economia solidária 3. Desenvolvimento local I. Jesus, Paulo de, orientador II. Título

CDD 338.09

AGRADECIMENTOS

Ao soberano DEUS, que me fez despertar e ultrapassar as maiores dificuldades existentes na trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, Prof^o. Paulo de Jesus, pelas palavras de ensinamentos que, certamente, levarei para vida toda.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, pela excelência do programa, em especial à Prof^a Irenilda de Souza Lima e à Prof^a Maria Salett Tauk Santos.

Ao meu esposo Rerisson José, pelo forte incentivo na minha trajetória de Pós-graduanda; a minha mãe, Vilma Nogueira e aos meus irmãos, Renata e Delano Nogueira, pela constância nos apoios ao longo da carreira acadêmica.

Aos atores sociais dessa pesquisa, os jovens da COOPEART, que colaboraram grandemente no fornecimento dos dados e ao CAATINGA, que oportunizou o estudo.

Aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, à turma 2009: Eliana, Ribeiro, Decilene, Auta, Bruna, Maria do Carmo, Iraê, Natali, Alexandre, Lauande, Yuri, Felipe, Juliana e João, pelo auxílio nos momentos necessários.

À Shirley Bandeira e toda sua equipe da reprografia: Elaine Félix, Renata Helena e Renata Geórgia, pelo apoio e atenção dada nos momentos, também, necessários.

À Coordenação do POSMEX, pela orientação recebida nos momentos precisos.

À Banca examinadora, pelas indicações na melhoria do trabalho.

À CAPES, pela concessão da bolsa.

RESUMO

Esse trabalho problematizou-se frente à análise da inserção de jovens rurais na economia solidária no diálogo com o desenvolvimento local, a partir da tomada de experiência da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural (COOPEART), do Sertão do Araripe, localizada na Comunidade Rural Lagoa do Urubu, no município de Ouricuri, em Pernambuco. A pesquisa procura identificar o papel da cooperativa face à base que norteia um empreendimento solidário, a saber, nesse trabalho, a autogestão, a partir da participação dos cooperados; além de analisar as categorias vetores que levam ao desenvolvimento local: as relações de poder, as aspirações para o futuro, o amor ao trabalho e a participação dos jovens na cooperativa. Tais objetivos visam a produção de subsídios para resposta à pergunta imbricada no problema de pesquisa, qual seja: como e por que jovens de contextos rurais se inserem em atividades sócio-produtivas de natureza autogestionária? Para formação do método e da situação de pesquisa fizemos usos de duas estratégias metodológicas: o estudo de caso, que favoreceu uma análise profunda do problema em um período determinado de tempo, aliado à observação participante que integrou o pesquisador junto ao *lócus* de pesquisa, o que favoreceu uma extração mais efetiva e autêntica dos dados, face aos instrumentos de coleta com combinações de diferentes técnicas: as adoções de um questionário padronizado, a pesquisa documental, as observações diretas e indiretas, incluindo nesta, a entrevista, mediante a condução de dois roteiros de entrevistas semi-estruturadas, sendo um direcionado aos membros da cooperativa e o outro, às lideranças. Escolhemos a presente cooperativa por razões de que nela existem experiências de trabalho solidário e de desenvolvimento endógeno, o que configurou um espaço produtivo na análise do problema de pesquisa. Nesse sentido, os resultados sinalizaram que o papel da cooperativa, a partir do olhar da liderança, em relação aos cooperados é de autonomia e de respeito, o que há estímulos de participação para os cooperados, através de chamadas à participação durante as reuniões do grupo, porém, com entradas de intervenção quando necessário, isto é, quando o interesse se direciona para o bem individual em detrimento do coletivo e quanto à inserção dos jovens rurais na Economia Solidária, ela se revela ora de forma participativa, tendo à frente uma cooperativa de produção autogerida, aproximando-se da prática solidária, ora castradora, sinalizando o desinteresse e o comodismo no que diz respeito às decisões e participações nas reuniões. Assim, a pesquisa dimensionou que existe uma mobilização dos jovens cooperados, das organizações sociais envolvidas, concentradas nos grupos de jovens, nas associações comunitárias e na Ong Caatinga, a fim de canalizar esforços e recursos para que acreditem estar criando meios para a exclusão social e a prática do desenvolvimento local. Nesse sentido, a pesquisa revelou que os seguintes elementos: de participação na cadeia produtiva, laços de reciprocidades, provenientes da convivência, e a mobilização dos próprios jovens através da agregação de esforços compartilhados com outros grupos e instituições permitiram e garantiram uma efetiva inserção deles na prática autogestionária.

Palavras-chave: Juventude Rural, Economia Solidária e Desenvolvimento Local

RESUMÉ

Ce travail est problématisé l'analyse prospective de l'insertion des jeunes dans la solidarité économique des régions rurales dans le dialogue avec le développement local, tirés de l'expérience de la Coopérative des adolescents et des jeunes dans le secteur de l'artisanat rural (Coopearte), du Sertão do Araripe situé de la communauté rurale Lagoa do Urubu, dans la municipalité de Ouricuri, à Pernambouc. La recherche a identifié le rôle des coopératives par rapport à la ligne de base qui guide une entreprise solitaire, à savoir, dans ce travail, l'autogestion, de la participation des membres des coopératives, et d'analyser les vecteurs catégories qui mènent au développement local: les relations de pouvoir, aspirations pour l'avenir, l'amour du travail et la participation des jeunes dans la coopérative. Ces objectifs sont pour la production de subventions pour répondre au problème de chevauchement de recherche, qui est: comment et pourquoi les jeunes des contextes ruraux sont intégrés dans les activités socio-productives de la nature auto-géré? Pour la méthode de formation et de l'état de la recherche, nous utilisons deux stratégies méthodologiques: l'étude de cas, qui a favorisé une analyse en profondeur du problème dans un laps de temps donné, couplée à l'observation participante qui comprenait le chercheur conjointement avec le locus de la recherche, qui étaient favorables à une extraction plus efficace et des données réelles, compte tenu des instruments de collecte de données avec des combinaisons de techniques différentes: l'adoption d'un questionnaire standardisé, la recherche documentaire, observations directes et indirectes, y compris cette interview, en effectuant deux tours semi-structurés, l'un dirigé aux membres de la coopérative et l'autre pour les dirigeants. Nous avons choisi cette coopérative pour des raisons qu'il n'y a pas d'expérience dans le développement de la solidarité et endogènes, qui a créé un espace de production dans l'analyse du problème de recherche. En ce sens, les résultats indiquent que le rôle de la coopérative, de l'apparence d'un leadership à l'égard de l'autonomie de coopération et de respect, qu'il y ait une incitation à la participation à la coopérative, par des appels à la participation aux réunions du groupe Mais avec l'intervention des entrées lorsque cela est nécessaire, c'est à dire lorsque l'intérêt est dirigé vers l'individuel et le préjudice collectif et à l'intégration de la jeunesse rurale dans l'économie solidaire, elle se montre aujourd'hui d'une manière participative prenant en avant une production coopérative auto-géré, s'approchant de la pratique de la solidarité, parfois invalidantes, de signalisation de l'apathie et la complaisance à l'égard de décisions et de participer à des réunions. Ainsi, la recherche échelle qu'il ya un mouvement de jeunes membres, organismes sociaux concernés, concentrés sur des groupes de jeunes, associations communautaires et les Ong Caatinga, de canaliser les efforts et les ressources qui croient qu'ils sont la création de médias de l'exclusion sociale et la pratique du développement local. En ce sens, l'enquête a révélé que les éléments suivants: la participation dans les liens de la chaîne productive de la réciprocité, de la cohabitation, et la mobilisation des jeunes eux-mêmes à travers le regroupement des efforts communs avec d'autres groupes et institutions permis et assuré l'intégration efficace d'entre eux en pratique auto-gestion.

Mots-clés: Jeunesse Rurale, Economie Solidaire et Le Développement Local

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Ilustração 1.** Mapa do Estado de Pernambuco com destaque para o município de Ouricuri em relação à capital, Recife. Fonte: Google Mapas (2010) **21**
- Ilustração 2.** Vista frontal do espaço físico da COOPEART, Ouricuri-PE. (Arquivo Pessoal, 2010) **24**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População Jovem do Município de Ouricuri, por faixa etária de 15 a 29 anos. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000 **22**

Tabela 2. Comparativo da População Jovem dos municípios circunvizinhos a Ouricuri. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000 **23**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPEART - Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural

COOPETEX - Cooperativa de Produção de Artigos Têxteis

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DESER - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FJP - Fundação João Pinheiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OIJ - Organização Internacional da Juventude

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CAPÍTULO I - Diálogos e Entrelaços da Juventude Rural	28
1.1. Análise conceitual do ser jovem no Brasil e a [In]visibilidade da juventude rural	34
1.2. A heterogeneidade da juventude e as dinâmicas que a cerca	42
1.3. A relação dos jovens rurais com a economia solidária no âmbito da COOPEART	43
2. CAPÍTULO II - A Economia Solidária e o enfoque no Desenvolvimento Local	46
2.1. Economia Solidária: o caminho não capitalista de produção	46
2.2. A representação máxima da Economia Solidária: o cooperativismo	48
2.3. Economia Solidária: um percurso a partir de seus conceitos e terminologias	51
2.4. Economia Solidária: perspectiva histórica	53
2.5. Empreendimento Econômico Solidário: atividades econômicas organizadas	57
2.6. Autogestão e Solidariedade: princípios intrinsecamente interligados	58
2.7. Desenvolvimento Local e o contexto na Economia Solidária	61
3. CAPÍTULO III - O Contexto dos Jovens Rurais face à nova economia, em diálogo com o Desenvolvimento Local	66
3.1. Diagnose 1: Relação da Liderança com o Cooperado	66
3.2. Diagnose 2: Relações do Cooperado com a Cooperativa	68
3.3. Diagnose 3: Participação do Cooperado	69
3.4. Diagnose 4: Relação Cooperado e Família	74
3.5. Diagnose 5: A Economia Solidária na COOPEART	75
3.6. Diagnose 6: O diálogo da Cooperativa com o Desenvolvimento Local	77
3.6.1. Amor ao Trabalho	80
3.6.2. Relações de Poder	80
3.6.3. Participação dos Jovens na Cooperativa	81
3.6.4. Aspirações para o Futuro	83
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	104
APÊNDICE	108

INTRODUÇÃO

Até bem recentemente, a juventude rural passava despercebida pelas pesquisas acadêmicas e projetos voltados para o universo rural (CARNEIRO, 1998), mas esta perspectiva não é mais recorrente, pois trabalhos acadêmicos ressurgem, principalmente por meio de periódicos científicos lançando temas dos mais diversos acerca da juventude rural brasileira. Essa perspectiva aponta um crescimento, um amadurecimento nas pesquisas sobre o tema.

Trilhando nessa direção foi que a proposta de realização dessa pesquisa surgiu com base numa inquietação de abordagem da temática dos jovens rurais e sua relação com a economia solidária, pois acreditamos que ainda se trata de um tema moderadamente discutido no meio acadêmico a partir de uma literatura reduzida existente sobre o mesmo, embora exista “uma recente visibilidade do tema da juventude rural nas pesquisas acadêmicas, mas que durante muito tempo os jovens rurais estiveram ‘invisíveis’ nas pesquisas acadêmicas brasileiras” (CASTRO et al, 2009, p.2). A inquietação maior é quando se direciona às reflexões sobre a juventude rural inserida em processos de economia solidária, sob o prisma do desenvolvimento local, uma categoria social rural, de jovens rurais, que tem se destacado no cenário das ruralidades, especificamente na Mesorregião do Sertão de Pernambuco, que busca as alternativas de convivência com o semiárido.

O que define a invisibilidade dos jovens rurais nesse trabalho são os reduzidos estudos no tocante a relação dos jovens rurais face à economia solidária, ao mesmo tempo em que se discute a saída da invisibilidade desses jovens nos espaços de inserção econômica.

Para isto, o foco maior que configura o objetivo geral dessa pesquisa é o de analisar a inserção de jovens rurais na economia solidária no diálogo com o desenvolvimento local, a partir de estudos sobre a Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural (COOPEART) do município de Ouricuri, Pernambuco, o que vai desencadear duas análises que formam os objetivos específicos desse estudo: a) Identificar o papel da cooperativa face às bases que norteiam um empreendimento solidário, especialmente a autogestão, a partir da participação dos cooperados e b) Analisar as categorias vetores que levam ao desenvolvimento local, destacando as relações de poder, as aspirações para o futuro, o amor ao trabalho e a participação dos jovens na cooperativa.

A análise de pesquisa traz na grande área da Economia Solidária a discussão no recorte da participação dos jovens rurais numa cooperativa de produção autogerida. A participação, por sua vez, é tida como elemento de dificuldade de inserção na lógica da autogestão¹. O trabalho autogestionário em um empreendimento solidário é condição prioritária para o controle democrático das ações, de forma que não se constatem “os valores e métodos capitalistas como reprodução das empresas convencionais [...], mas que priorize, além dos aspectos econômicos, a disseminação de valores como a solidariedade”, como afirma Barreto e Paes de Paula (2009, p.207).

Para esse contexto, Demo (1996, p.137) apresenta a participação como instrumento acessível a todos, enfatizando que participar significa “redistribuir bens e poder”, porém

não há como evitar o confronto entre um lado que tem mais e outro que tem menos. Se o ponto realista de partida é o reconhecimento de que primeiro vem dominação e só depois, se conquistada, participação, o cenário colocado é precisamente o confronto entre iguais – a minoria privilegiada – e desiguais – a maioria desprivilegiada, que sustenta os privilégios da minoria. Assim a participação traz riscos (DEMO, 1996, p.137)

Nesse sentido, Demo (1996, p.18) afirma que mesmo com uma “tendência histórica de dominação”, a participação é algo que se conquista, “um processo, no sentido legítimo do termo” e “existe enquanto conquista processual”. Sob outra ótica, a “participação é exercício democrático”, pois através dela “aprendemos a eleger, deseleger, a estabelecer rodízio de poder, a exigir prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem à comunidade (DEMO, 1996, p.71); participar é promover um compromisso democrático de um grupo, aliado ao desafio de fazer acontecer; o desigual, sozinho, não pode nada; mas, organizado, é capaz de emergir, de ocupar a cena, de influenciar, e, a partir daí, de revestir-se da capacidade de mudar em seu favor (DEMO, 1996, p.45). Na participação prevalece a conotação instrumental, no sentido de que é vista como caminho para se alcançar certos objetivos. Desse modo, “participação é metodologia” (DEMO, 1996, p.66).

Assim, percorrendo os vários sentidos dados à participação por Pedro Demo (1996), nos apropriamos do sentido de que a participação é um processo que se conquista, que se

¹A autogestão é um conceito central, pois marca distância com as relações capitalistas e assistencialistas que acenam por uma democracia mais plena (LECHAT e BARCELOS, 2008, p.96). A autogestão significa que os próprios membros associados dirigem sua atividade produtiva e o produto dela derivado. Abol-se, assim, a divisão social do trabalho.

aprende com o tempo, cujo espaço de participação o qual precisa ser conquistado, é algo que acontece lentamente, pois “é um processo”. Afinal, dizer que falta espaço de participação como problema em si,

[...] na verdade, é apenas como ponto de partida, porque disto partimos, ou seja: por tendência histórica, primeiro encontramos a dominação, e depois, se conquistada, a participação. Dizer que não participamos porque nos impedem, não seria propriamente o problema, mas precisamente o ponto de partida. Caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederam a possibilidade” (DEMO, 1996, p.19).

Parafraseando o autor, a participação é algo que acontece somente quando a dominação ganha espaço, isto é quando se concede uma possibilidade. É necessário que ela seja corriqueira e esteja presente legitimamente e não surgindo apenas, historicamente, quando espaços de dominação emergem, pois participação supõe “compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas” (DEMO, 1996, p.20). Participar é, nesse sentido, fazer e não apenas falar, decidir.

Mas há associações corporativas que ainda primam pelos valores e métodos capitalistas em que são amplamente utilizados, não adotando de fato os princípios que regem uma prática de caminho de produção não capitalista, em que a participação dos membros seja condição prioritária, mas que a mudança de postura dos associados é vital para que a instituição funcione de forma legítima (BARRETO e PAES DE PAULA, 2009, p.200) com interesse na comunidade, em cumprimento ao seu papel social, em que a participação, a democracia e os laços interpessoais se encontrem entre as prioridades.

Ao olhar para a COOPEART do município de Ouricuri, percebemos indícios de presença da autogestão, mas o grande foco ainda é o lado econômico, de obter lucro, e não essencialmente o social, que contemple a participação de todos os membros, em que a liderança tem um papel maior na gestão. Esse resultado corrobora com estudos realizados por Barreto e Paes de Paula (2009, p.208) de que “não existe o social sem resultados econômicos, de forma que se preste serviços para as pessoas e se tenha lucro”. Este aspecto envolve a compreensão de que, em meio ao sistema capitalista, a Economia Solidária ainda é tratada parcialmente no seu sentido amplo de bases e princípios, como a autogestão e a dimensão econômica. Sob outro olhar, Singer (2002) vê a economia solidária não somente pela ótica do mercado, mas nas relações solidárias entre os participantes de um empreendimento.

A pesquisa parece mostrar que os jovens da cooperativa em estudo saem da condição de invisibilidade, na tentativa de mostrar as possibilidades de que o rural é um espaço de produção acentuado, atrelado às atividades agrícolas e ou não agrícolas. A COOPEART configura-se como empreendimento solidário, formado por 14 jovens agricultores e artesãos que apresentam faixa etária de 18 a 30 anos², que aliam a atividade produtiva da agricultura familiar³ com a produção do artesanato em madeira⁴ e a gestão da cooperativa. São jovens que exercem uma dupla jornada de trabalho entre os afazeres da roça e os serviços de marcenaria na oficina que é denominada pelos próprios jovens de Oficina Ybirah⁵. O trabalho envolve técnicas especializadas em madeira reciclada, oriunda de galhos de árvores, da vegetação nativa, a caatinga, que são transformados em produtos artesanais. A madeira é proveniente de árvores como o marmeleiro, pau-branco, violeta, cedro e umburana de cheiro, obtidos em áreas de manejo florestal. A cooperativa também faz uso de outros insumos não provenientes da caatinga, como resinas, colas, MDF e capeado obtidos por fornecedores que atuam como parceiros da cooperativa.

A atividade produtiva da cooperativa funciona com o seguinte fluxo de atividades:

1. Recepção da matéria-prima;
2. Serragem;
3. Montagem;
4. Revestimento;
5. Emassamento e lixamento;
6. Aplicação de selador e lixamento;
7. Aplicação de verniz;
8. Controle de qualidade;
9. Embalagem do produto;
10. Estocagem do produto e
11. Comercialização.

Há participações distintas de homens e mulheres na produção do artesanato, especificamente na atividade de serragem e aplicação de verniz são tarefas de responsabilidade dos homens, devido ao trabalho de risco requerido, já as atividades de controle de qualidade, embalagem e estocagem são de competência das mulheres, devido a facilidade e sensibilidade na manipulação dos produtos e as demais atividades são realizadas por ambos.

A COOPEART é um empreendimento que foi criado com o objetivo de complementar a renda dos jovens agricultores, que também trabalham na unidade de produção familiar de seus pais, além de contemplar a ação de inclusão social e de obtenção

² “Órgãos internacionais apontam o jovem com as seguintes faixas etárias: 14 aos 24 anos, faixa estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU); embora alguns ampliem essa faixa até 29 anos, como define a Organização Internacional da Juventude (OIJ) [...]” (apud HOLANDA, 2009, p.20). Wanderley (2004) revela que a juventude não se define apenas pela faixa etária, mas que está associada a atitudes e valores da vida.

³ Que inclui a produção vegetal, além da produção de alimentos e de plantas forrageiras e adubadeiras, de base ecológica, além da criação de galinhas, ovinos, caprinos, bovinos e suínos.

⁴ Para aqueles membros cooperados que estudam os jovens ainda dividem o tempo com as atividades escolares.

⁵ O nome é proveniente da palavra indígena que significa tronco de árvore (CAATINGA, 2005).

de maiores ganhos, atuando de forma cooperativa. Trata-se, ainda, de um empreendimento não formalizado. Seus membros orientam-se pelo modelo de uma cooperativa, assumindo tal modelo na própria denominação e nas atitudes autogestionárias, inclusive com um estatuto aprovado em assembléia que representa o contrato pactuado. Atualmente, os jovens discutem a forma de Associação, o que talvez dê margem a um movimento de formalização enquanto associação.

Com sede funcionando no espaço em que acontecem as reuniões e a unidade de produção artesanal, a COOPEART mantém as seguintes instâncias: assembléias e grupos de trabalho de gestão, produção e comercialização. O tipo de relação econômica estabelecida entre os jovens associados é a remuneração por produto ou produtividade, o que exclui a remuneração fixa e por horas trabalhadas.

A COOPEART surgiu em 2001, a partir da iniciativa do Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas (Caatinga)⁶, para responder a necessidade dos grupos de jovens das comunidades rurais de Ouricuri de se organizar e criar um espaço para complementar o trabalho e a renda da agricultura. Até então, o empreendimento não formalizou sua criação. Apenas em 2004 é que se adotou um estatuto regido por valores e princípios do cooperativismo e pelas diretrizes de autogestão, tendo o apoio de organizações internacionais como a União Européia, Oxfam e Visão Mundial, através da implementação do Projeto Ybyrah Brasil para a produção do artesanato.

Nesse estudo, apresentamos a Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural de Ouricuri-PE no sentido de que nela há indícios de trabalho solidário voltados para o desenvolvimento endógeno.

O estudo do desenvolvimento local surgiu nesse trabalho a partir da reflexão de quatro eixos orientadores: as relações de poder existentes na cooperativa, o amor ao trabalho, as aspirações dos jovens para o futuro e a participação deles na cooperativa, baseados em uma abordagem metodológica de representação social proveniente de uma adaptação proposta por Cabecinhas (2004) de que “as representações sociais regulam a

⁶ É uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida no município de Ouricuri-PE, há quase 22 anos, criada para contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar do semiárido, através de programas sociais voltados para a agroecologia, saúde, educação, desenvolvimento econômico, direitos humanos e de atendimento emergenciais (ESTATUTO COOPEART, 2004).

nossa relação com os outros e orientam o nosso comportamento, intervindo em processos tão variados como: a difusão e a assimilação de conhecimentos, a construção de identidades pessoais e grupais, o comportamento grupal, as ações de resistência e de mudança social, intervindo na sua formação, nas instâncias institucionais, por meio de processos de influência social. Portanto, a perspectiva das representações sociais enfatiza o papel dos atores sociais na sua produção e transformação” do local.

Mediante a adoção desse estudo, Jara (1998, p.73) remete desenvolvimento local à intervenção institucional para a análise das relações de poder e das forças que articulam alianças ou se confrontam, ressaltando que isto leva à necessidade de se considerar questões relacionadas à participação, à democratização, ao empoderamento, entre outros aspectos. Extraímos a participação como elemento que se configura nessa pesquisa, pois avaliamos o tipo de participação dos jovens na cooperativa, buscando a concepção de participação baseada nos princípios da Economia Solidária, a saber, a autogestão do empreendimento solidário, gerenciado pelos jovens rurais produtores de artesanato.

Compreender o tipo de participação dos jovens é saber se a maioria deles encontra-se incluído das possibilidades de participação nos mecanismos decisórios da cooperativa, pois “nossas tradições e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para assumir o controle e a co-responsabilidade na solução dos problemas [...], porque a dominação, assim como a submissão perpassam o cotidiano, a sociedade civil, o Estado, a família, a escola, o sindicato” (PERUZZO, 1998, p.74).

Esta pesquisa pautou-se na busca de elementos de resposta para a seguinte questão-síntese do problema de pesquisa: como e por que os jovens de contextos rurais se inserem em atividades sócio-produtivas de natureza autogestionária?

A presente pesquisa adotou duas estratégias metodológicas para levantamento de dados empíricos: a primeira foi a observação participante que implicou na “inserção do observador no grupo observado, quando o investigador apenas se integrou no grupo a partir do momento em que se iniciou o processo de investigação” (VARGAS, 2002, p.119). A adoção desse método, utilizado apenas no período inicial da pesquisa, organizou-se na presença constante da investigadora no ambiente da COOPEART com o objetivo de ver e observar as ações de dentro o que possibilitou uma convivência diária de interesses e fatos e a segunda foi o estudo de caso, “porque deu a oportunidade para que um aspecto de um

problema fosse estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado” (VENTURA, 2007, p.385).

A partir do estudo de caso foi analisada a inserção de jovens participantes da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, em um empreendimento de economia solidária em que foi analisado a sua importância para processos de desenvolvimento local. O estudo de caso permitiu a introdução de múltiplas fontes de evidência, a partir de uma análise intensiva do caso com obtenções de informações numerosas e detalhadas para apreensão da situação em estudo, além da descrição do fenômeno da inserção dos jovens rurais na Economia Solidária, o que possibilitou o caráter explicativo.

Para a coleta dos dados usou-se vários instrumentos: a aplicação de um questionário padronizado⁷, a pesquisa documental e as observações direta e indireta (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005, p.164), sendo que, a primeira foi desenvolvida a partir de observações da investigadora junto aos sujeitos da pesquisa e a segunda, utilizamos o instrumento de observação, a entrevista, do tipo semi-estruturada com elaboração de perguntas abertas, com o uso de dois roteiros (ANEXO), feitos “verbalmente em uma ordem prevista, mas que o entrevistador pôde acrescentar perguntas de esclarecimento” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.188). Optamos por estes tipos de observação, pela flexibilidade nos diálogos com os atores, na perspectiva de promover interações comunicativas entre interlocutores. A pesquisa foi realizada no período de agosto de 2009, fase preliminar do estudo, em que se adotou o método de observação participante; agosto e dezembro de 2010; e janeiro de 2011.

O perfil dos jovens que participaram da pesquisa e que possibilitaram a análise do problema foi:

JOVEM A - agricultor, artesão, 25 anos, filho de agricultores, mora com os pais, é estudante do curso técnico agropecuário pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano, campus Ouricuri, é membro da cooperativa desde 2004 e atualmente faz parte da liderança.

⁷ O questionário, que se encontra no anexo desse estudo, é uma adaptação do Projeto Alternativas de Trabalho e Renda para os Jovens, de iniciativa das organizações promotoras de pesquisa: Instituto Aliança, Pangea, Eletrocooperativa e Avina (CAATINGA, 2005). Utilizamos como instrumento de diagnóstico na cooperativa.

JOVEM B - agricultora, artesã, 25 anos, filha de agricultores, mora com os pais, é solteira, possui o ensino médio completo, é membro da cooperativa desde 2004 e atualmente compõe a liderança.

JOVEM C - agricultor, artesão, 30 anos, filho de agricultores, mora com os pais, possui ensino médio completo, solteiro e é membro da cooperativa há oito anos.

JOVEM D – agricultor, artesão, 19 anos, filho de agricultores, mora com os pais, possui ensino médio completo, solteiro e membro da cooperativa há um ano.

JOVEM E – agricultora, artesã, 18 anos, filha de agricultores, mora com os pais, ensino médio completo, solteira e membro da cooperativa há nove meses.

Portanto, esses cinco jovens que participaram da COOPEART na ocasião da coleta de dados, integraram nosso universo amostral. Eles foram selecionados a partir de três critérios concomitantes: ser membro da cooperativa, ser artesão e ser agricultor. O que os define como agricultor é o fato de terem herdado essa prática dos pais agricultores, em um processo de sucessão hereditária.

Nas primeiras aproximações da COOPEART constatou-se a existência de dois subgrupos funcionais: o Grupo de Liderança⁸, que compreende aqueles jovens que têm funções de dirigentes e o Grupo dos Membros, ou seja, os demais integrantes da cooperativa. A amostra teve a intenção de se comportar com 40% de jovens do Grupo de Liderança e 60% de Membros, o que demonstrou caminhos para autogestão.

O papel da liderança é de atuar como elemento de representação da cooperativa escolhido pelos membros, frente ao trabalho autogestionário.

Adotamos seis diagnoses como modalidades de análises para atender as demandas dessa pesquisa frente aos objetivos propostos o que trouxe uma compreensão ampla dos dados analisados. As diagnoses correspondem a Relação da Liderança com o Cooperado; Relações do Cooperado com a Cooperativa; Participação do Cooperado; Relação Cooperado e Família; a Economia Solidária na COOPEART e o Diálogo da Cooperativa com o Desenvolvimento Local.

Um aspecto particular demandou uma discussão em torno dessa participação na autogestão da cooperativa, o que nos levou a problematizar sobre o tipo de participação desempenhada pelo jovem cooperado. Nessa perspectiva, Carvalho (1994, p.4-5) expõe

⁸ Liderança é a menção dada pelos jovens cooperados em referência aos dirigentes, que compõem um quadro de presidente, secretária e tesoureiro.

dois tipos de participação, que demandam, fundamentalmente, a discussão do papel dos cooperados: aquela que tende a induzir pessoas no processo de participação, de maneira em que inexistem motivação, mobilização para alcançar seus objetivos ou de realizar seus desejos, isto é, passam a exercer manipulação pelos seus líderes; e aquela que é dualista ao constrangimento, que é concebida ao sujeito a vontade de participar, tendo em vista a motivação e a mobilidade de agir em situações que divergem ou convergem a seu favor.

Mesmo no processo em que é concedida ao sujeito a vontade na participação, há particularmente aberturas para a prática do constrangimento, pois existem mecanismos que, articulados, criam uma ação de controle parcial, como a relação de subalternidade existente entre pessoas e os laços de amizade que permitem influências no agir. Carvalho (1994, p.4) pontua que os caminhos que conduzem à participação e à organização consensuadas são extremamente complexos, pois reafirmam a condição subalterna e a negação das pessoas como sujeitos.

Essa discussão depende de fatores subjetivos, acerca do modelo de participação que se evidencia, que motivam as pessoas a agirem, individualmente ou em grupos; são iniciativas que se originam a partir de um não conformismo, não sujeição econômica, política, mas que o embate desacelera, em função do medo ou da ignorância sobre os meios para superar a situação em que se encontram, que se interpõe entre a motivação e a mobilização.

Nesse cenário, dirigindo-se ainda para o contexto dos jovens cooperados, participação é tema instigante para estudar os atores sociais da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, de Ouricuri, ou melhor, a população brasileira em geral, tida como subalterna à sociedade, ao estado.

Participar representa estar inserido, atuar ativamente num processo. Demo (1996, p.84) afirma:

[...] “não pode haver participação dada, doada, preexistente. Somente existe na medida que a conquistarmos” [...].

Na visão de Pedro Demo participar é um ato que se constrói, “que se conquista para significar um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo” (DEMO, 1996, p.18).

Mas Demo (1996, p.82), também lembra que a “participação vive da utopia da igualdade, da liberdade, da fraternidade totais; participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada”. Gohn (2005) é enfática quando diz que a questão da participação da sociedade civil tem por base conceitos como cidadania, cultura política, participação, identidade, reconhecimento, autonomia, direitos culturais e comunidade, território, capital social e sociedade civil. A autora menciona que a participação é ativada, ou melhor, desperta quando o sujeito se reconhece em situações que perfazem sua vida cotidiana, porque não dizer histórica, a partir dos conceitos como cidadania, cultura política, identidade.

A pesquisa foi realizada no município de Ouricuri, localizado no Alto Sertão de Pernambuco, espaço em que a população compartilha condições diferentes de produção, consumo, sociedade, estrutura, trabalho e integração, isto é, as estratégias produtivas dos diferentes segmentos da população são distintas. O município faz parte da Região de Desenvolvimento do Araripe, Mesorregião Sertaneja do Estado e Microrregião de Araripina. Essa região representa 18,8% do território estadual com 18.576,9 km², que abrange os municípios de Araripina, Bodocó, Cedro, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Parnamirim, Salgueiro, Santa Cruz, Santa Filomena, Serrita, Trindade e Verdejante. A cidade de Ouricuri apresenta dois distritos, Barra de São Pedro e Santa Filomena (MUNICÍPIOS PE, 2009). A população é de 58.653 habitantes, mas com uma estimativa descrita em 2009 de 66.978 habitantes (IBGE, 2010), com uma área de 2.423 km² e distante da capital, Recife, 623 km, com acessos vias BR-316 e BR-232, pelo município de Salgueiro.

Destacamos a agricultura como atividade econômica predominante no município, somado ao setor pecuário e à pequena mineração, que constituem fontes de renda da região. A cidade concentra, ainda, 40% das reservas de gipsita do mundo e, por isso, se caracteriza pela exploração do mineral no chamado Pólo Gesseiro, segundo dados extraídos do Municípios PE (2009).

Reportando-se ao segmento social, de acordo com o IBGE (2000), a população residente é de 58.653 habitantes, sendo que, 46,9% está fixa em área urbana e 53,1% em área rural. Aqui, observamos que o rural ainda é o local de vida e trabalho. O sexo masculino representa 49,7% da população e o feminino sobrepõe-se, totalizando 50,3%. A

população é de maioria rural que abarca o trabalho do campo, lugar de onde surgiu o desenvolvimento da região, face às atividades agropecuárias e atividades religiosas, pois, com a produção agropecuária veio o intercâmbio comercial, e pela fé, o contato com o povo na propagação do catolicismo, acentuado na região (IBGE, 2000).



Ilustração 1. Mapa do Estado de Pernambuco com destaque para o município de Ouricuri em relação à capital, Recife. Fonte: Google Maps (2010)

A população atende a um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,614⁹, abaixo da média estadual (0,626) e nacional (0,699), mas um pouco acima da média da região nordestina (0,610), a partir de dados extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD /IPEA /FJP apud IBGE, 2000). O IDH nos chama a atenção pelo baixo índice, pois conduz à análise da oportunidade de trabalho e renda existente na população rural jovem do município. O trabalho da COOPEART vem preencher a lacuna de oferta de postos de trabalho para jovens que buscam complementar a renda proveniente da agricultura familiar, nesse sentido a COOPEART proporciona espaço para que os jovens realizem essa prática.

Residir em espaços rurais que oferecem oportunidades nas atividades não agrícolas, atreladas à unidade de produção familiar, em que a agricultura é o eixo estruturador do

⁹ O indicativo é uma medida comparativa entre os elementos de riqueza, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população.

rural, é permitir a fixação das pessoas no campo, particularmente os jovens. O trabalho não agrícola não vem substituir o agrícola, mas complementar, algumas vezes, majoritariamente, a renda proveniente da agricultura familiar que, às vezes, sozinha, não supre as necessidades da família. É nesta perspectiva que os jovens estudados buscam na cooperativa o espaço de complementação da renda agrícola e que, muitas vezes, é superior ao que recebem juntos aos pais, também agricultores.

Equacionando a população jovem do município de Ouricuri, a cidade abarca um número potencialmente moderado de jovens em seu espaço territorial, considerando habitantes rurais e urbanos, como mostra a Tabela 1 adiante:

Tabela 1. População Jovem do Município de Ouricuri, por faixa etária de 15 a 29 anos.

Faixa de Etária	População Jovem	% População Jovem
15 a 17 anos	4.058	6,91
18 a 19 anos	2.400	4,09
20 a 24 anos	5.239	8,93
25 a 29 anos	4.013	6,84
Total	15.710	26,77

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000.

Na Tabela 2 observamos dados comparativos extraídos ainda do IBGE (2000), acerca do número populacional juvenil dos municípios que se localizam no entorno do município de Ouricuri. São cidades que concentram grande parte da população na faixa etária de 15 a 29 anos e o município de Ouricuri, quantitativamente, se apresenta com moderada expressão de número de jovens, quando comparado aos demais municípios, face à população total.

Mas, esse quadro não desdiz ou desfaz a grande expressão das ações conjuntas pelas associações comunitárias em que os jovens fazem parte, e que o município abarca, diante

das ações de reconhecimento dos jovens acerca do protagonismo juvenil e dos grupos de jovens¹⁰ formalizados que o município apresenta no entorno rural.

Tabela 2. Comparativo da População Jovem dos municípios circunvizinhos a Ouricuri.

Município	População Total	População Jovem (15 a 29 anos)	% População Jovem
Araripina	70.898	19.878	28,03
Bodocó	31.731	8.896	28,03
Ipubi	23.042	6.438	27,94
Ouricuri	58.653	15.710	26,77
Total	184.324	50.922	27,62

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000.

Deteremo-nos nesse trabalho à Comunidade Rural Lagoa do Urubu, que vamos chamar de Sítio Lagoa do Urubu onde se localiza a cooperativa de jovens, situada a 16 km de Ouricuri-PE, com via de acesso pela BR PE-122.

A COOPEART fica situada numa área física que é dividida com o Caatinga, local onde funciona a sede rural desta instituição. O espaço foi cedido e posteriormente, doado, em 2004, através do Projeto Ybyrah financiado pela ONG Visão Mundial, tendo à frente a iniciativa do Caatinga, em que se contemplou a aquisição de máquinas e equipamentos novos, além da capacitação e reciclagem dos jovens para a produção do artesanato, gerenciamento e aperfeiçoamento da comercialização.

A cooperativa está localizada na região do Sertão Pernambucano, constituída de uma extensa e intensa vegetação de caatinga, local em que a fauna resiste frente à convivência com o semiárido. É nesse cenário que o sertão é tido por uma jovem “como um paraíso”¹¹, um local em que o “sertão é um vale fértil, um pomar vastíssimo”, como descreve Euclides da Cunha em seu clássico *Os Sertões* (1902, p.62). Por este olhar, o

¹⁰ Informação obtida através dos arquivos fornecidos pelo Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA, 2005). Os grupos de jovens são espaços de produção de saber e de discussão política voltados para requerimento de políticas públicas direcionadas à juventude rural, além de espaços de lazer e entretenimento. Os encontros de reuniões acontecem mensalmente em locais das comunidades, a maioria em associações comunitárias, em que alguns jovens são membros associados e que compõem o quadro de membro do grupo.

¹¹ Informação obtida através do método da observação participante, realizada na fase preliminar desta pesquisa, em agosto de 2009.

sertão não parece ser tão inóspito, pois até a natureza se contorce para ali viver (CUNHA, 1902); mas como a natureza, também o homem se modifica e se adapta a ela, e a caatinga é assim: rica em biodiversidade e bastante heterogênea, que não se caracteriza naquela caatinga descrita por Cunha (1902, p.522-523):

“Caatinga ‘mato ruim’ é o resultado não do terreno mas da secura do ar, ao passo que as caatanduvras são florestas cloróticas ‘mato doente’ resultante da porosidade e da secura do solo [...] observando que o aspecto principal da caatinga (mato branco) é o de cerrado rarefeito e tolhiço; e que o da caatanduvra (mato mau, áspero, doente) é o de uma mata enfezada e dura [...]” (CUNHA, 1902, p.522-523, grifos do autor).

Essas especificidades citadas acima formam a antítese, descrita por Euclides da Cunha de que, ora o sertão é “fértil”, ora é “ruim”, em que este espaço precisa ser revisitado, pois o ser humano é o agente que se adapta ao sertão, ao ponto de reconhecê-lo como sendo este o lugar do paraíso, de se viver e conviver. É nesse sentido que reside a vontade de se viver num espaço ocupado por uma vegetação de caatinga, ora seca, ora verdejante. Este ideário ganha espaço entre os jovens da cooperativa que assumem o gosto de viver nesse local que, para eles, é um paraíso, principalmente porque é da caatinga que se extrai parte da matéria-prima do seu trabalho: os galhos secos das árvores.



Ilustração 2. Vista frontal do espaço físico da COOPEART, Ouricuri-PE. (Arquivo Pessoal, 2010)

Sendo assim, acreditamos que esse estudo seja oportuno para orientar ações de políticas públicas para a juventude rural, assim como os novos estudos sobre o cooperativismo e a Economia Solidária como formas de geração de trabalho e renda para os jovens rurais desejosos de permanecerem no rural, que é tido como um lugar em que se manifesta o sentimento de pertença, de valorização e que definem sua identidade.

No Capítulo I, explicitamos percepções e abordagens acerca da juventude rural, trazendo debates de diversas e importantes pesquisas produzidas e publicadas nos últimos anos no Brasil, que trazem “a necessidade de relacionar aspectos da realidade dos jovens com suas práticas, valores e opiniões” (ABRAMO e BRANCO, 2008, p.12). As pesquisas mostram principalmente, a necessidade de políticas públicas de juventude e que um deles é especialmente oportuno: “de que os jovens têm de ser considerados como sujeitos de direito, segundo afirma ainda Abramo e Branco (2008, p.12), pois levar em consideração os sujeitos a quem se destinam as políticas implica procurar conhecer as suas realidades, questões, práticas, opiniões e demandas.

Nesse sentido, as discussões em torno da temática juvenil vêm adquirindo visibilidade expressiva em torno da questão geracional, principalmente numa localidade como Ouricuri-PE, espaço geográfico dessa pesquisa que apresenta indicativos de pluriatividade¹², no tocante ao trabalho artesanal dos jovens agricultores e artesãos.

No Capítulo II buscamos a compreensão da Economia Solidária e do desenvolvimento local. São as duas palavras chave de discussão neste capítulo, cujo recorte mencionado será dado a autogestão da cooperativa e, sobretudo, a participação dos jovens, bases escolhidas que compõem o tema da “Economia Solidária [...], que tem o Desenvolvimento Local como um dos marcos de referência” (NASCIMENTO, 2006, p.6).

No III Capítulo explicitamos as discussões, analiticamente, frente aos resultados obtidos no trabalho de pesquisa. A intencionalidade maior não é apenas expor e descrever, mas analisar os resultados sob um enfoque crítico. Assim, completamos o nosso trabalho, que na verdade é início de um grande percurso para uma reflexão acerca da inserção dos

¹² Esse fenômeno, a pluriatividade, ainda que antigo, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a atenção para a possibilidade de que novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados. Esta colocação esclarece a posição de Carneiro (1998) de que o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola”. Del Grossi e Silva (2002, p.46) conceituam o fenômeno como “a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da mesma família extensa. Pode ainda ser pluriatividade a combinação de atividade agrícola no próprio negócio com outra atividade agrícola, como assalariado em outros locais”.

jovens rurais no universo da Economia Solidária que carrega tão fortemente o potencial endógeno¹³, a partir da organização social, nesse caso de estudo, da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural de Ouricuri-PE, *lócus* dessa pesquisa.

¹³ Que recai nos recursos localmente disponíveis, como as potencialidades da ecologia local, da força de trabalho, dos conhecimentos e modelos locais para articular produção e consumo [...] (LONG e VAN DER PLOEG, 1994).

CAPÍTULO I – DIÁLOGOS E ENTRELAÇOS DA JUVENTUDE RURAL

Nesse capítulo inicial abordaremos questões concernentes à juventude brasileira, levantando uma discussão sob uma visão macro e micro no contexto da juventude rural, pontuando aspectos sobre migrações, (in)visibilidade e dinâmica da categoria.

Os jovens estudados protagonizam as atividades produtivas na cooperativa, a partir da cadeia produtiva do artesanato integrada ao mercado e às condições de produção. Assim, a unidade produtiva artesanal assume um papel de destaque na COOPEART.

São estas relações de protagonismo e de capacidade de se autogerirem no espaço rural, que indicam nos jovens cooperados a vontade de dar continuidade ao trabalho associativo, uma vez que gera renda para o grupo e possibilita espaço para desistirem de uma possível emigração para a área urbana já que a maioria dos jovens entrevistados almeja permanecer no lugar onde moram, exatamente pela oportunidade de renda gerada pela cooperativa.

Frente a essa perspectiva, de migração juvenil é que abrimos o debate para o contexto da juventude rural. Inicialmente, a partir da discussão trazida por Macedo (apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.75), que afirma que “a renda é uma das questões centrais, um dos grandes impulsionadores da evasão dos jovens”. Mas ele cita também que outros elementos impulsionam porque “muitos jovens não querem só renda, mas desejam ter espaços de atuação construídos, e isto está relacionado com a auto-estima, com o ser agricultor e ser valorizado por isso”. A pesquisa¹⁴ demonstrou que 60% dos jovens querem uma alternativa para ficar no campo, sendo esse o desejo, mas quando não encontram condições, migram para as cidades.

Os jovens da COOPEART representam bem este desejo de garantir renda e de ter espaços de atuação construídos no local em que eles sempre viveram:

Aqui, a maioria não tem vontade de sair, porque nós temos o que queremos: trabalho e espaços de discussão dos problemas que vão aparecendo, temos, além da cooperativa, duas associações e os grupos de jovens que existem pra gente. A gente só vai pra cidade pra andar, pra estudar e comprar as coisas que precisamos da oficina de artesanato. Aqueles que desejam sair da comunidade,

¹⁴ A pesquisa foi realizada na região Sul do Brasil, em parceria com o Deser (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais), em 1998, no qual diversos elementos foram discutidos, acerca da permanência do jovem no espaço rural Macedo (apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.75).

são aqueles jovens que querem fazer vestibular pra ser advogado, jornalista, médico, mas que mesmo assim, preferiam trabalhar na cidade, mas morar no campo (JOVEM A).

Para os jovens da COOPEART existem problemas nos espaços das comunidades rurais em que estão inseridos, mas não são problemas que impulsionem ou venham estimular a saída deles para fixar residência na área urbana do município. Para isso, a cooperativa, as associações e os grupos de jovens existentes os motivam a optar por manter-se no campo. São nesses espaços que eles discutem os problemas que surgem nas comunidades e representam uma forma de participar no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Ouricuri, em que alguns têm cadeira fixa com direito a voto, como representantes de associações, ou atuam como participantes ouvintes, de forma a discutir e aprovar ou desaprovar projetos que são lançados nas reuniões do conselho. Nesse contexto, a presente pesquisa confirma o que diz Wanderley (2007, p.32), ou seja, “apesar de todas as dificuldades e limitações”, os jovens revelam que “a vida no campo é positivamente valorizada por uma grande parcela de jovens”.

“Parece que a cidade não exerce mais o fascínio sobre os jovens rurais de algum tempo atrás [...], às vezes não relacionando seu futuro à agricultura, muitos jovens preferem continuar morando na localidade rural, mas sem abrir mão do acesso à educação e a novos campos de conhecimento como informática, por exemplo” (CARNEIRO, 2007, p.53). Observamos nesse trânsito, a atual mobilidade dos jovens em seus espaços de nascimento, a saber aqui, o rural, espaço que venha permitir condições de acesso à informática, à educação de qualidade, trabalho, pois “de todas as condições da juventude no campo, a juventude assalariada está em situação mais desfavorável do que a agricultura familiar” (CARNEIRO, 2007, p.72), segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) citando ainda Carneiro (2007), no traçado da juventude assalariada, há um alto índice de jovens que se submetem ao trabalho escravo, principalmente aqueles jovens que saem do Norte ou Nordeste em busca de emprego e se submetem a esse tipo de subordinação.

O quadro tecido acima nos traz a reflexão iniciada por Carneiro e Castro (2007, p.71), de que a juventude busca a construção de um ator social que esteja intervindo, não apenas nas questões específicas que são definidas como questões de juventude, mas

repensando como mudar ou transformar o seu local. Um jovem, como diz a autora, quer escola, e por que não dizer, trabalho. Esse é um reflexo da “diversidade da juventude rural” (2007, p.71), que ora assume a identidade de ser um trabalhador agrícola, agricultor familiar; e ora assume o papel de trabalhador não agrícola que perpassa pela via da pluriatividade que contempla a individualização do jovem, com o trabalho externo, de autonomia, isto é, fora da unidade de produção familiar, ou mesmo exercendo ambas as atividades, simultaneamente, agrícola e não agrícola, como os jovens da COOPEART, que exercem o trabalho de artesanato, na oficina da cooperativa, e de agricultores, da unidade produtiva da família.

“O acesso ao trabalho não agrícola assume cada vez mais um papel de destaque na renda familiar” (CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.61), principalmente nesse “universo difuso, heterogêneo e extremamente dinâmico composto por jovens, em particular, os jovens rurais” (2007, p.53). “Como o ingresso na atividade agrícola, como produtor familiar, na maioria das vezes é endógena”, segundo Brumer (2007, p.40), uma ação repassada pelos pais, isto é, uma atividade sucessória; o trabalho pluriativo é uma estratégia da família, a fim de diversificar suas atividades, fora do estabelecimento familiar. Isso é feito muitas vezes quando o chefe do estabelecimento tem tempo livre para se ocupar além da atividade agrícola ou o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente a força do trabalho, como menciona Wanderley (2009, p.193), em seu estudo sobre a pluriatividade¹⁵ das famílias agrícolas. Isso ocorre também, tomamos por exemplo, quando os filhos adultos, que ainda moram com os pais, trabalham fora da unidade de produção familiar e que possuem autonomia do ponto de vista financeiro. A esse processo Wanderley (2007, p.193-194) chama de “individualização dos jovens” e cita também que essa “pluriatividade das famílias agrícolas, para alguns autores, é o abandono das atividades agrícolas”. A essa prática, face ao presente estudo, há discordâncias, pois a pluriatividade revela a permanência do jovem na agricultura, como membro da família, e na reprodução familiar, tida como uma revalorização da unidade produtiva:

A pluriatividade, neste sentido, não constitui, necessariamente, um processo de abandono da agricultura e do meio rural. Frequentemente – e diria mesmo- cada

¹⁵ A pluriatividade se estabelece como “uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura”, assim defendem Baumel e Basso (2004, p.139).

vez mais – a pluriatividade expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar (WANDERLEY, 2001).

Nesse sentido, a percepção de pluriatividade coexiste no sentido de abertura de possibilidades de realização de projetos familiares, a partir da tipologia da agricultura familiar pluriativa, que vem redefinir a família em que se privilegia “a família como unidade social e não apenas como unidade de produção como normalmente tem sido considerado quando o assunto é agricultura familiar”, segundo Carneiro (1999, p.327):

O núcleo familiar é o que dá sentido de orientação às relações sociais. A família também supõe um processo de individuação que pode negar, romper, modificar e, até mesmo recriar, valores num espaço de negociação e de tensões. Nesse sentido, o núcleo familiar não pode ser concebido como uma estrutura rígida e cristalizada – de indivíduos e valores – mas como uma estrutura flexível, plástica, que pode incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas (CARNEIRO, 1999, p.327).

Maria José Carneiro retrata bem a unidade familiar como uma estrutura flexível, plástica que tem a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais. Esses rearranjos dialogam com a tradição¹⁶, às vezes rejeitando-a ou valorizando-a, mas novos valores podem ser formulados ou antigos valores serem resgatados, como a revalorização da vida rural e da natureza ou com a noção de liberdade associada ao trabalho por conta própria (1999, p.327).

É nessa perspectiva que dialogamos com a pesquisa empírica desse trabalho no sentido de que a pluriatividade, adotada pelos jovens cooperados, a partir do trabalho artesanal, não entra como o abandono das atividades agrícolas – ou perda relativa de sua importância para a reprodução das famílias – ou mesmo a passagem do meio rural para o urbano, como defendem alguns discursos científicos (no reforço de que a atividade pluriativa representa a perda da importância da atividade agrícola na dinâmica da agricultura familiar), mas concede entrada para permanência da agricultura e na reprodução familiar, na medida em que o trabalho pluriativo fortalece a agricultura local, ajudando na compra de insumos e trazendo recursos para a unidade de produção familiar.

¹⁶ Oriunda do campesinato que constitui historicamente como “uma civilização ou como uma cultura” em que o campesinato está sempre associado a sociedades camponesas, não se reduzindo apenas a uma forma social de organizar a produção, baseada na unidade de produção familiar gerida pela família, nem a um tipo de integração do mercado, mas que apresentam laços de integração e de modos de vida, como defende Wanderley (2009, p.186) citando Henri Mendras.

Mas a pluriatividade não é a única via de permanência dos jovens no campo:

A permanência dos jovens no meio rural torna-se emergente e imprescindível a partir de um maior acesso a informação, seja via escolarização formal ou outras práticas educativas; uma revisão nos padrões de sucessão e herança; uma política de acesso a terra que priorize os jovens agricultores; uma abertura dos espaços decisórios à participação desses atores, seja no âmbito da família, seja no âmbito comunitário; a possibilidade de articulação de diferentes lógicas reprodutivas, como a combinação entre migração temporária, pluriatividade e ocupações rurais não-agrícolas, bem como, uma rediscussão das relações no seio da família, recolocando o lugar do paternalismo nesses núcleos, que na maioria das vezes representa, para os jovens, vigilância e controle (NUNES DA SILVA e JOHNER, 2010, p.7)

Diante da prática pluriativa, maior acesso à informação e de outros fatores favoráveis à permanência dos jovens no rural, subsistem discursos contrários a essa concepção: “durante muito tempo as expectativas de migração emergiram de uma interação complexa dos indivíduos com suas famílias, amigos, comunidades, estrutura social e os processos culturais e a decisão de ficar ou ir se tornou uma questão de definição nas vidas de muitos adolescentes rurais”, segundo Glendinning et al (2003 apud BJARNASON e THORLINDSSON, 2006, p.291).

Atualmente, conforme visão de Brumer (2007, p.38), o que existe entre os jovens é uma “rejeição à atividade agrícola que não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural”, em função, sobretudo, “à atividade penosa, dura e difícil da agricultura que submete os trabalhadores rendimentos baixos, irregulares e aleatórios, mas, em contrapartida a relativa autonomia do agricultor que não depende de um patrão” (2007, p.37). Singer (1973 apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.36) esclarece que um dos fatores de expulsão que levam os jovens a migrarem são:

Os fatores de mudança (em grande parte associada à modernização), decorrentes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, que acarretam a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo como objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução no nível de emprego (SINGER 1973 apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.36).

Nesse cenário de mudanças, Wanderley (2007, p.33) chama a atenção de que a agricultura parece não merecer mais o empenho dos jovens, pois a terra insuficiente, a penosidade do trabalho e a falta de estímulos para a produção, certamente explicam porque alguns jovens são os que pretendem continuar agricultores.

Mas reportando à diversidade que contempla a juventude rural atualmente, é importante citar o reflexo da diversidade de experiências de vida protagonizada pelos atores juvenis, pois “se em outros contextos, a condição de agricultor perde força, pela importância de outros campos de atividades não é possível desconhecer os vínculos dos jovens com a família que trabalha” (WANDERLEY, 2007, p.31). Os laços comunitários não estão presentes apenas na relação com os pais e irmãos, mas com a “família camponesa” menciona ainda Wanderley (2007, p.31). A vida familiar coletiva é um fator de representação no espaço rural no contexto dos jovens: os atores sociais dessa pesquisa confirmam esse viés. Com o trabalho na COOPEART, os jovens exercem a função de artesãos e gestores da cooperativa, mas não se desligam da atividade agrícola: eles são agricultores e se reconhecem como agricultores e agricultoras que têm na atividade artesanal a complementação da renda familiar, que algumas vezes supera a renda obtida na agricultura. A linha norteadora maior são os laços com a tradição, com a vontade de dar continuidade ao trabalho da agricultura, mas sob uma ótica diferenciada, associada a outra atividade não agrícola de forma que eles mantenham os vínculos com o seu passado, com a família, com a terra e que ganhem ou alcancem mercados.

Como agricultores familiares, os jovens da COOPEART remetem-nos ao não rompimento com a tradição, mantida através da reprodução do campesinato tradicional, mas são jovens que estão inseridos na agricultura moderna e são capazes de responder às exigências do mercado. Wanderley (2009, p.189) afirma “O agricultor familiar é um ator social do mundo moderno, [...], no agricultor familiar há um camponês adormecido (eu diria bem acordado)”, e ela ainda afirma que:

[...] os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas que devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos estão inseridos no mercado moderno e recebem influência da chamada sociedade englobante” (WANDERLEY, 2009, p.189).

Wanderley (2009) traz uma análise refinada desse processo de tradição e integração socioeconômica global, da sociedade englobante¹⁷, sobretudo com o mercado globalizante,

¹⁷ Em que existe a livre circulação de bens e de indivíduos, que fomenta a expansão da democracia e ao mesmo tempo e paradoxicamente, põe em evidência os limites das estruturas democráticas habituais. Nesta sociedade na que se diz que todos os entes são livres e com direitos iguais; nesta surgem, desde da sua base gritos provenientes dos excluídos, dos que ficam e estão à margem desta sociedade que engloba. Mais que nunca se escreve, se fala, se exige liberdade, neste mundo global em que tudo é livre (MONIZ D’ALVES, 2010).

o que nos permite analisar também a vida cotidiana dos jovens, fortemente marcada pelas suas relações com a família e, sobretudo com a comunidade local. “A família é entendida como uma comunidade afetiva (no que não difere de qualquer outra família de jovens) e uma comunidade de interesses” (WANDERLEY, 2007, p.24).

Como extensão desse contexto, o estudo da juventude rural traz uma compreensão de uma dinâmica social relacionada ao espaço da “casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial), tratam-se dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade”, como conclui Wanderley (2007, p.23).

Partindo dessas premissas ressaltamos aqui, que a juventude tem sido compreendida a partir de diferentes definições conceituais, como “ciclo de vida, geração, faixa etária, representação social, cultura ou modo de vida” (FREIRE e CASTRO, 2007, p.218), são diversos os argumentos teóricos que se entrelaçam às definições. Nessa pesquisa adotamos a análise conceitual de Wanderley (2007) de que juventude rural é uma categoria que envolve aqueles jovens que têm no meio rural o seu meio de vida. É uma espécie de sentimento de pertença que surge e que está intimamente ligado à aproximação dos jovens com o local, ao seu “enraizamento”, como pressupõe Frochtengarten (2005, p.368):

O enraizamento pressupõe a participação de um homem entre outros, em condições bastante determinadas. O homem enraizado participa de grupos que conservam heranças do passado. Podem ser transmitidas pelas palavras dos mais velhos: um ensinamento, uma sugestão prática ou uma norma. Podem ser recebidas como bens materiais: a paisagem de uma cidade, a terra revolvida pelos ancestrais, a casa por eles habitada ou objetos que revivem feitos de antigas gerações. Em outros termos, diríamos que a participação social do homem enraizado está assentada em meios onde recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irão informar sua existência. Participação que pode vir do nascimento, da casa, da vizinhança, do trabalho, da cidade (FROCHTENGARTEN, 2005, p.368).

A pressuposição de Frochtengarten (2005) carrega um sentido de herança do passado, de tradição que não se apagou com as práticas contemporâneas surgidas, a saber, no caminho dessa pesquisa, os vínculos com o campesinato, sua historicidade no contexto social frente às condições de mudanças modernas da sociedade com o processo de modernização do campo.

1.1. Análise conceitual do ser jovem no Brasil e a (In)visibilidade da juventude rural

Levantar a discussão acerca da juventude rural, representada nesse momento no âmbito de nossa pesquisa, é trazer à tona, inicialmente, o que é ser jovem no Brasil de hoje, trazendo o debate para um olhar macro. Mas, antes debruçamo-nos na abordagem de Abramo (2008, p.79) de que “os jovens entraram na pauta social e política do país”, pois o que não integrava as pautas de discussões agora é assunto recorrente, o que nos permite dizer que a invisibilidade dos jovens é tida como ótica parcial no Brasil, ora se faz ausente, ora presente, frente às ações de participação e mobilização que os jovens enfrentam no cenário atual brasileiro.

A invisibilidade da juventude brasileira ainda é uma realidade, pois os jovens rurais passam pela condição da “ausência de organização da sociedade civil específica para o público jovem, tanto no campo como na cidade; e há grande distância entre a identificação dos problemas em dimensões locais e nacionais, por parte da população jovem e o reconhecimento de seu papel como ator social na transformação da sociedade”. São problemas pontuados no texto de Maria José Carneiro, que afirma ainda que a invisibilidade maior reside no que se refere a juventude rural, pois há necessidade de ampliar seus espaços de inclusão social, tanto em relação ao mercado de trabalho como às opções de educação e lazer, e que isto é condição para a permanência dessa juventude em seus universos sociais de origem (CARNEIRO, 2008, p.260).

Abrindo espaço para o olhar da invisibilidade propagada pela sociedade civil, Mota (2010, p.4) diz que:

[...] parece que os jovens são vistos com decepção pelos adultos, o seu discurso não tem consistência perante a sociedade. A juventude só existe como problema, como um risco para a própria permanência social. O seu discurso, as suas colocações, a produção dos seus saberes não é vista como autêntica, quando lhes é dada à palavra, é apenas simbolicamente, uma vez que a fala é controlada, selecionada, para conter o perigo que dela pode advir (MOTA, 2010, p.4).

Mota (2010, p.5) ainda afirma que o fato dos adultos ignorarem a capacidade juvenil de reivindicar, argumentando que o jovem não atingiu o desenvolvimento emocional, econômico, físico e intelectual, o mesmo defende que isto deve ser corrompido, pois tal afirmação não encontra sustento, visto que “a inexperiência, antes um elemento de inferiorização dos jovens, pode ser transformada em fator de superioridade, na medida em que for levada em conta a capacidade inovadora, traço distintivo da juventude e fundamental num mundo em constante transformação”.

No recorte da temática juvenil, Castro (2009, p.183) expõe outro cenário, acerca da participação dos jovens em espaços políticos, quando aborda que os movimentos sociais no Brasil constituem um espaço de surgimento de novas organizações de juventude rural como ator político, o que se reflete nos movimentos como: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e as organizações religiosas, embora esse tipo de articulação não seja uma novidade, pois juventude rural foi em muitos países uma categoria ordenadora de organizações de representação social que busca o reconhecimento político.

Nesse contexto, vimos as duas nuances encontradas nessa discussão em torno da invisibilidade juvenil no Brasil: ora presente nos espaços de discussão política, ora ausente nos espaços de sociabilização da sociedade brasileira. Mas, o debate têm sido emergido recorrentemente na comunidade científica, pois trabalhos acadêmicos têm pautado, principalmente por meio de periódicos científicos, temáticas das mais diversas, acerca da juventude rural brasileira, o que nos permite inferir na investigação a busca e a cobrança de políticas públicas direcionadas à juventude.

Segundo Castro et al (2009, p.2-3), pode-se constatar a recente visibilidade do tema da juventude rural nas pesquisas acadêmicas, embora durante muito tempo os jovens rurais estiveram “invisíveis” nas pesquisas acadêmicas brasileiras:

O levantamento bibliográfico¹⁸ identificou, até o ano de 2007, 197 obras relativas ao tema. Do total dessa produção existem 93 referências bibliográficas (47,21%) dentre artigos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa e resumos em anais; 89 referências (44,18%) para teses, dissertações e monografias; e 15 livros publicados. Porém, há expressivo número de artigos (73 obras) e dissertações de mestrado (71), em relação ao reduzido número de teses de doutorado (16) e outros tipos de produção acadêmica. Entre os anos de 1960 até 1999, é pouco expressiva a produção acadêmica sobre os jovens rurais, corresponde a um total de apenas 19 referências, o que equivale a menos de uma obra (1) por ano. A partir de 2000 identificamos o rápido crescimento da produção bibliográfica, que atinge uma média de aproximadamente 22 trabalhos por ano, com concentração no ano 2006 (40 trabalhos) responsável por 20,30% do total da produção. O reduzido número de livros e teses de doutorado expressa que existem poucas pesquisas de longa duração e maior profundidade sobre o tema no Brasil, contudo, o considerável número de dissertações de mestrado e artigos sobre a

¹⁸Faz parte do artigo redigido por Elisa Guaraná de Castro, Maíra Martins e Salomé Lima Ferreira de Almeida com a colaboração de Maria Emilia Barrios Rodrigues e Joyce Gomes de Carvalho. A equipe da pesquisa desenvolveu o Banco de Dados Referências Bibliográficas sobre Juventude Rural com intuito de catalogar a bibliografia pesquisada sobre o tema da juventude rural brasileira. O Banco de Dados compreende a realidade da juventude rural, para ser utilizado por pesquisadores, pelos movimentos e pelos próprios jovens. O Banco torna-se, assim, mais um instrumento que possa potencializar a organização.

juventude rural sugere o movimento de consolidação de um campo de pesquisa, sobretudo a partir do ano 2000, tendência que já havia sido sinalizada por Weisheimer (2005) e que se confirma a partir dos dados referentes ao ano de 2006 (CASTRO et al., 2009, p.2-3).

Sposito (apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.124) fala de que no passado ocorreu sim, uma invisibilidade acadêmica nas Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), não só do ponto de vista dos estudos de juventude rural, mas dos estudos de juventude como um todo:

Em relação à Universidade, a pesquisa sobre juventude também é uma área emergente em fase de consolidação [...], quando realizamos o levantamento da produção acadêmica de 1980 a 1998 – 18 anos de vida acadêmica na Pós-graduação por meio da análise das dissertações e teses na área de Educação – percebemos que do total apenas 4% eram estudos sobre juventude. Isso significa que a cada 100 trabalhos só quatro tratavam dos jovens (SPOSITO apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.124).

Marília Sposito ainda diz que, por outro lado, é preciso considerar que múltiplos atores neste país pesquisam jovens e que “a Universidade é apenas um ator entre outros como Organizações Não-governamentais, fundações empresariais e institutos de mercado de opinião pública” (apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.125).

Mas, o que é perceptível é a pouca literatura existente sobre juventude rural. Essa invisibilidade é um das grandes facetas da exclusão social sofrida pelos jovens do campo:

pois a falta de conhecimento acaba criando preconceitos e até questionamentos a respeito da existência desse setor. A discussão sobre o fato do desaparecimento da juventude rural na América Latina dar-se pela constatação de que um adolescente rural aos 15 anos de idade já se encontra casado, com filhos, não estudando mais e trabalhando para sobreviver (MOTA, 2010, p.7)

Em suma, quando debatemos e trazemos a discussão acerca da (in)visibilidade dos contextos da juventude rural, questionamos que o debate não reside somente ao espaço brasileiro, mas em outros espaços do mundo, como em países europeus. Para Muilu e Rusanen (2003, p.297), parafraseando-os, os jovens que moram em áreas rurais não foram objetos de pesquisa no passado, porém, a situação atual é outra, já que pesquisadores têm buscado estudos, principalmente no campo das ciências sociais, temáticas acerca dos jovens

rurais. Panelli (2002, p.113 apud Muilu e Rusanen, 2003, p.297) traz um artigo¹⁹ editorial, que titulariza bem isso:

“Studies of young people and children have enjoyed a growing popularity throughout the social sciences in recent years [...] In the subsequent decade, studies including the consideration of rural young people steadily increased” (PANELLI, 2002, p.113 apud Muilu e Rusanen, 2003, p.297).

A autora enfatiza que “estudos de pessoas jovens e crianças desfrutaram uma popularidade crescente ao longo das ciências sociais em anos recentes” e que na década subsequente, estudos sobre jovens rurais continuaram a crescer”.

Prosseguindo ao debate nacional, o que percebemos é que a invisibilidade poderia ser analisada a partir de dois aspectos: o primeiro, a invisibilidade dos jovens do ponto de vista público e político; o segundo, a invisibilidade do ponto de vista da produção de pesquisa, como menciona Sposito (apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.123), pois “há pouco mais de dez anos eles eram invisíveis nesses dois planos na sociedade brasileira”.

Freitas (2005, p.5) diz que o tema da juventude impôs-se na pauta das políticas públicas, tendo sido assunto de debates por todo o território nacional. Num fato inédito, e como prova do processo de institucionalização dessas políticas e de sua agenda, foi criada em 2003, na Câmara Federal, uma Comissão de Juventude, responsável pela construção de um Plano Nacional de Juventude e de um Estatuto da Juventude. Vimos que o debate em torno da [in]visibilidade juvenil é denso e que toma espaços de discussão política e acadêmica.

Fazendo chamada acerca da criação do Plano Nacional de Juventude, Castro (2009, p.201) fala da realização do Seminário Nacional do Plano Nacional de Juventude, em que se formou um espaço de debate sobre a legitimidade da categoria juventude, através do seu reconhecimento pelo poder legislativo. O processo contou com a participação de parlamentares, gestores de políticas públicas, e de movimentos de juventude. “O que poderia ser um espaço de encontro formal entre esferas distintas, incluindo inúmeros movimentos de juventude, mostrou-se um espaço surpreendente. Um dos elementos aglutinadores foi a questão da legitimidade social da categoria juventude e da ‘luta pela

¹⁹O artigo foi publicado no Diário de Estudos Rurais que contém informações acerca do número de investigações sobre a temática juvenil rural. Mais detalhes consultar o periódico Capes ou página eletrônica: <http://www.sciencedirect.com> (JOURNAL OF RURAL STUDIES, n.19, 2003, p.295-307).

participação em espaços de decisão’, expressão acionada em falas de diferentes representantes de movimentos sociais de juventude”.

Mas, quando levamos a discussão para o espaço físico do rural, Castro (2009, p.182) menciona que, a juventude rural no Brasil está fortemente associada ao problema da migração do campo para a cidade. Ficar ou sair do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria jovem é construída, e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais.

Sob outra ótica, percebemos que os grupos de atuações juvenis no Brasil não esgotam as possibilidades de ação, posicionamentos e incisões em torno do debate acerca da participação da juventude em espaços de discussões políticas e sociais. Abramo (2008, p.81-82) diz que os jovens de organizações de trabalhadores rurais têm se organizado e construído plataformas próprias há cerca de dez anos no Brasil, pois suas lutas estão vinculadas ao acesso à terra e às condições de produção, às lutas trabalhistas e às formas alternativas de produção, como cooperativas e economia solidária. Abramo ainda diz que:

A formação de coletivos juvenis no interior de sindicatos e nas centrais sindicais tem crescido nos últimos anos, principalmente entre os ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) [...], suas lutas estão ligadas ao combate ao desemprego e à resistência à precarização do trabalho (ABRAMO, 2008, p.82).

Essas dinâmicas de participação juvenil no cenário brasileiro, no caso do exemplo dos coletivos de juventude ligado à CUT, têm em seus integrantes um lugar de fala bem ancorado no debate da juventude, falam de si e de seus segmentos quando falam de ser jovem, quando discutem nos espaços de debate sobre juventude e políticas de juventude.

Aliado a esse cenário que as organizações juvenis conquistaram, e que conquistam, levando o verbo para o presente também, é que voltamos ao início de nosso debate, acerca do que é ser jovem no Brasil atual. Para os jovens entrevistados na pesquisa de Abramo (2008, p.87) ser jovem emerge da possibilidade de se ter “vitalidade, vigor, disposição e tesão”, o ser jovem vem de uma ótica de dimensão de saúde pontuada por ter muitos anos pela frente, mas também social, pelo fato de se estar em um “período de responsabilidades relativas, como aquela responsabilidade de sustentar famílias”, assim se tem uma margem de liberdade e independência maiores que as crianças e adultos, no sentido de que não há

tanto o “controle por parte dos pais”, por outro “não terem tantos constrangimentos limitadores de suas expectativas e ações, como os adultos (ABRAMO, 2008, p.88).

Na pesquisa desenvolvida por Abramo (2008, p.88), ser jovem, também é poder fazer “tomadas de decisões, que estruturam a trajetória de vida futura” e este é um período intenso de experimentações que emerge da curiosidade, da vontade de provar, da disposição para inovar, para valorizar mudanças, para aceitar a diferença. Este experimentar mencionado pelos jovens nos confere a percepção de que é um período em que há tempo, e em certos casos, “permissão”, para errar, para reavaliar e corrigir os rumos tomados.

As falas arroladas nessa pesquisa de Helena Wendel Abramo nos chamam a atenção, pelo fato de que os jovens inseridos numa série de atividades do seu cotidiano, como trabalhar, estudar, estudar e trabalhar ao mesmo tempo, namorar, divertir-se e ter uma sociabilidade intensa ainda os fazem refletir acerca da sua condição juvenil, de poder abrir caminhos para mudanças e que sua vida não gira em torno de uma só “dimensão central, os estudos”, mas de uma projeção para o futuro, de traçar trajetórias e desenvolver caminhos de transformação.

Nessa perspectiva do que é ser jovem, Yapu (2008, p.55) estudando sobre juventude na Bolívia a partir de grupos juvenis, expôs e elencou que as vantagens de ser jovem é a facilidade de adquirir conhecimento, convivência social, ter mente aberta, maior possibilidade de participação, facilidade de aprendizagem, oportunidade de decidir e de ter liberdade de expressão. Esses atributos foram falas ditas pelos jovens na pesquisa de Mario Yapu, que traduzem a possibilidade de ação focada entre os jovens, porém, esse mesmo autor destaca em sua pesquisa as desvantagens de ser jovem, incluindo que os mesmos são atores limitados, que existe a dependência dos pais, os perigos da falta de experiência no tocante a tentação de caírem nos vícios; discriminação, rebeldia, vulnerabilidades (recepção de influências).

Esses atributos equacionam a grande potencialidade juvenil, mas igualmente as limitações que a sociedade impõe aos jovens, que se colocam como atores sociais limitados, sem instâncias públicas que resolvam seus problemas (YAPU, 2008, p.56).

Lassance (2008, p.81, 379), em pesquisa nacional²⁰, traz a visão de que ser jovem significa conviver com riscos²¹, o que permite supor que ser jovem seria bom porque implica em menos responsabilidades e preocupações (45%), é saber aproveitar a vida (40%), estudar e adquirir conhecimento (26%), ter liberdade (22%), poder trabalhar (16%), ter o apoio da família (5%). Esta mesma pesquisa mostrou que o jovem em todo o país lança sobre si próprio uma elevada carga de expectativas, em geral são pessimistas em relação ao mundo, porém otimistas em relação ao Brasil e superotimistas em relação a si próprios (p.84). No geral, parece que esse retrato configura uma juventude disposta ao desafio de transformar a realidade em que vive.

Direcionando-se ao contexto da juventude rural, frente à pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania e publicada pela Editora Abramo²², uma das queixas recorrentes dos jovens rurais é a de não serem escutados, de não terem espaços próprios de expressão de suas vontades e de seus problemas:

Apesar de o jovem perceber a importância que a família tem para ele, seja como apoio afetivo e material, seja como referência social, a família também representa uma restrição a seus projetos, justamente pela dificuldade que ele encontra de ser visto como um indivíduo que tem interesses próprios que podem não ser coerentes com os objetivos coletivos, da família, sobretudo da família camponesa. Há uma relação de ambigüidade do jovem em relação à família: ao mesmo tempo que ela representa um espaço de proteção, de conforto e enraizamento social é também um espaço onde vivencia as restrições mais severas à realização de seus desejos (CARNEIRO apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.77-78).

Segundo ainda Maria José Carneiro “a realização dos projetos dos jovens acaba promovendo a negação dessa condição de ‘jovem rural’, porque esses indivíduos acabam, na maioria dos casos migrando para as cidades, mesmo que eles preferissem permanecer no campo como alguns têm expressado”.

Assim, a condição de ser jovem hoje nos espaços do rural é saber que a família é um elemento intensificador das restrições para a realização dos desejos dos jovens que não

²⁰ A pesquisa faz parte do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, complementada com alguns dados do perfil socioeconômico e educacional de órgãos oficiais. A pesquisa permitiu perceber a condição, os problemas e as contingências dos jovens brasileiros.

²¹ Na pesquisa foram perguntados aos jovens ‘quais são as piores coisas de ser jovem? Como assim? Por que isso é bom?’. A maioria respondeu que ‘não tem nada ruim’ (26%), conviver com riscos (23%), falta de liberdade (22%) e falta de trabalho e renda (20%).

²² Resultados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” explorada por diversos pesquisadores.

optam pelo caminho da sucessão hereditária, de representação social, de não continuidade da atividade agrícola.

1.2. A heterogeneidade da juventude e as dinâmicas que a cercam

Para Bourdieu (1983, p.112) “juventude é apenas uma palavra”, caso não se busque compreendê-la como categoria em permanente construção social e histórica, incorporando a complexidade da vida, em suas dimensões biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas e econômicas, que organizam as múltiplas maneiras de viver a condição juvenil, segundo se afirma em pesquisa exposta no Relatório Global²³ (2006, p.6).

A existência da juventude como ator social não pressupõe homogeneidade entre os jovens (NOVAIS apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.101). Diversos autores que tratam o tema empregam a expressão ‘juventudes’ (NOVAES, 1998; CARRANO, 2000; CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 e ABRAMO, 2005) como forma de enfatizar que, ao se tratar de jovens, é necessário reconhecer que esses constituem uma realidade plural e multifacetada. Segundo ainda o Relatório Global (2006), a expressão ‘juventudes’ aparece em diversos discursos, textos e documentos da esfera governamental, acadêmica e da sociedade civil, pois:

Ainda que a simples utilização dessa expressão não garanta, por si só, a percepção da complexidade das realidades vividas pelos(as) jovens, denota certo cuidado contra as generalizações que simplificam ao unificar o diverso e o desigual. O plural na referência à juventude é o reconhecimento do peso específico de jovens que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como as de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidianos e projetos de futuro (RELATÓRIO GLOBAL, 2006, p.8).

Acerca dessa heterogeneidade expressa na juventude, Franco (2007, p.6), compartilhando com os dados do Relatório Global, enfatiza a heterogeneidade que se instala em cada grupo populacional, seja ele composto por jovens ou por adultos, “característica que está, necessariamente, associada às diferenças condicionadas pela sua posição social e de sua família, sua origem, raça, gênero” e porque não dizer sua cultura.

²³ O relatório compõe o resultado final da pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”, que buscou ouvir e debater com diferentes jovens brasileiros(as), entre 15 e 24 anos de idade, os limites e possibilidades da sua participação em atividades políticas, sociais e comunitárias, considerando a importância da inclusão desses sujeitos para a consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira.

Essa heterogeneidade dialoga com a identidade cultural, como diz Bhabha (1998), em “O local da cultura” que coloca em xeque os conceitos de homogeneidade da identidade nacional, corroborando assim os conceitos do hibridismo cultural, trazendo uma abordagem dos estudos culturais, “onde as diferenças se tocam” (BHABHA, 1998, p.286), onde “o tradicional e o moderno se misturam” (CANCLINI, 1998, p.18), pois a identidade cultural não pode ser única uma vez que a diversidade cultural é global e o deslocamento identitário cultural é constante, pois as diferenças existem e não há como homogeneizar.

Ao longo dessa pesquisa citamos o universo de diversidades que abarca a juventude brasileira, incluindo nesse cenário o recorte da juventude rural, que, obviamente, não se exclui nesse contexto. Assim, “é preciso reconhecer as diferenças” (MARTINS, 2002, p.22), existentes nesse universo juvenil.

1.3. A relação dos jovens rurais com a economia solidária no âmbito da COOPEART

É na prática da cooperativa, embora o principal feixe aglutinador ainda seja a renda monetária ofertada, que a economia solidária é compartilhada, pois se vivenciam os propósitos de uma outra economia, aquela que privilegia o ser humano e seu reconhecimento produtivo na construção e na reconstrução de seu processo identitário (HOLANDA et al, 2010, p.10). Diferentemente da economia capitalista em que o

mercado capitalista não possibilita o acesso de todos nem aos bens nem tampouco ao reconhecimento de quem os produz. Esse papel, que não se mantém na economia solidária é o viés para se estabelecer os padrões dominantes da comercialização que proporcionam intensa exclusão, principalmente de quem produz (HOLANDA et al, 2010, p.11).

Na adoção da economia solidária, a forma de opressão é substituída pela socialização das ações, em que as pessoas é que vão conduzir o processo econômico, e não o contrário, serem dirigidas pela dominação do capital. No cotidiano dos jovens cooperados, em estudo, a idéia de economia solidária é vivenciada a partir das interações compartilhadas na organização da produção, a partir do eixo participativo, em especial a participação dos membros na cooperativa, embora a pesquisa dê margem há uma separação de papéis entre os dirigentes da cooperativa e os membros o que desequilibra a atuação plena da autogestão.

Singer (2005, p.13) afirma que aqueles que praticam a Economia Solidária “possuem seus próprios meios de produção, e não se confundem com o capitalismo, antes, antepõem-se a ele e tendem a integrar a economia solidária”. É oportuno, pois, considerando que na economia solidária predomina a igualdade e a oportunidade para todos, e que esta economia é gerada e administrada pelos trabalhadores, convém afirmar que a autogestão é um dos fundamentos deste sistema, pois, se a solidariedade é o princípio básico da Economia Solidária que a diferencia do modo individualista e competitivo da produção capitalista, a prática da autogestão estimula e efetiva a solidariedade dentro dos empreendimentos. Segundo Singer (2003a, p.116),

o conceito de autogestão preconiza que “a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da Economia Solidária” (SINGER, 2003a, p.116)

Para Miranda (2010, p.2), esta economia surge

como modo de produção e distribuição alternativo ao modo capitalista de produção, e sua característica é a de socializar a posse e uso dos meios de produção e distribuição de mercadorias. A produção é coletiva, cooperativa e todos têm o mesmo poder de decisão. Os trabalhadores são, ao mesmo tempo, os proprietários. O foco dos empreendimentos não está voltado somente à produção de ganhos financeiros, e os ganhos ou “sobras” advindos da comercialização da produção são utilizados através dos critérios estabelecidos pelos empreendedores, para serem aplicados nos empreendimentos ou repartidos entre os participantes do grupo.

Mesmo baseado na concepção de processo econômico solidário, a prática traz também distanciamentos que apontam para estruturas sociais intrinsecamente dependentes do viés do capital econômico, tecido pelo mercado. O que constitui um dilema na COOPEART. É o que defende Polanyi (2000, p.77 apud HOLANDA, 2009, p.40): de que o controle do sistema econômico pelo mercado traz conseqüência fundamental para a organização da sociedade, o que permite dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado, pois, em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, as relações sociais é que estão embutidas no sistema econômico.

Nessa perspectiva, reportando à prática da cooperativa sob o viés solidário, é necessário ressaltar a real prioridade dos cooperados, sabendo que a economia solidária demanda ações de participação, democracia e de estabelecimento de laços interpessoais, situação esta que deve refletir no funcionamento da mesma. Segundo Vietez e Dal Ri

(2001), a busca por superar o modo capitalista de produção destaca-se como uma característica das empresas autogeridas. Tal busca se justifica pelo antagonismo entre seus princípios e valores, os quais exigem uma transformação também das relações de trabalho. Portanto, os valores e práticas devem estar compatíveis com a proposta da Economia Solidária, embora alguns valores e métodos capitalistas ainda se fazem presentes, o que torna a cooperativa, salvo em alguns aspectos, uma reprodução das empresas convencionais (BARRETO e PAES DE PAULA, 2009, p.207), baseadas no capitalismo que produz desigualdades de recursos e poder.

CAPÍTULO II – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O ENFOQUE NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nesse capítulo abrimos o debate acerca das concepções existentes em torno da Economia Solidária, fundamentadas na lógica de um caminho para a produção não capitalista.

Na perspectiva do desenvolvimento local, acentuamos uma discussão a partir da busca do desenvolvimento endógeno, característico na COOPEART, que em grande medida é instrumento de uso para ação da economia solidária entre os jovens cooperados. A Economia Solidária que, por sua vez, é um discurso introduzido pelo Caatinga que atua como mediador social na COOPEART.

2.1. Economia Solidária: o caminho não capitalista de produção

Estabelecemos o debate, acerca dessa nova economia, lembrando que os vários séculos de domínio do capitalismo não conseguiram diminuir a indignação e a resistência efetiva aos valores e às práticas que constituem o núcleo central do capitalismo, enquanto sistema econômico.

Trazendo uma concepção de Santos e Rodríguez (2002, p.23) para esse contexto, o capitalismo tem sido constantemente confrontado e desafiado. Certos desafios têm sido acompanhados de “uma vasta tradição de pensamento crítico, desde o pensamento associativo de Saint-Simon, Fourier e Owen, na Europa, no século XIX, até a reivindicação de um desenvolvimento alternativo”.

Assim, eclodiu no início do século XXI, a tarefa de pensar e lutar por alternativas econômicas e sociais, as quais surgiram por duas razões:

Primeiro, porque vivemos em uma época em que a idéia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que provavelmente não tem precedentes na história do capitalismo mundial e, segundo, a urgência de reinvenção de formas econômicas alternativas porque, em contraste com os séculos XIX e XX, no início do novo milênio, a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.25).

A evidência da inviabilidade de um outro sistema, como por exemplo, o socialismo centralizado fez com que persistissem alternativas ao capitalismo, direcionado e obrigado a

pensar de outra forma, embora, historicamente, segundo Santos e Rodríguez (2002, p.25), estas alternativas não residissem na grandiosidade do pensamento socialista centralizado, pois as teorias que lhe serviam de base não eram tão ambiciosas, mas se baseavam na perspectiva de viabilidade e de potencial emancipatório, que representou forma de organização econômica baseada na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente.

O predomínio do capitalismo não reduziu a amplitude de possibilidades, pelo contrário, incluiu formas de conceber e organizar a vida econômica que implicou em reformas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não capitalistas que apontam para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.26), o que favoreceu o surgimento de diversas alternativas de produção como as cooperativas de produção, o associativismo, as economias populares, o que veremos adiante com a eclosão da Economia Solidária.

Diante do contexto de crítica ao sistema capitalista, apresentamos uma abordagem de Polanyi (1980) que critica a idéia de Adam Smith de que o homem, por natureza, busca o lucro e o ganho privado, já que o primeiro considera o *Homo Economicus* fruto da modernidade. Ramos (1981) também critica a idéia de que motivações econômicas caracterizam a essência humana e ainda expõe que é essa a definição do homem em que se baseia a sociedade capitalista, na qual para ter sucesso, o indivíduo deve se comportar como tal.

Partindo da visão desses autores, a invasão dos valores da economia de mercado já podia ser observada pelo interesse de Frederick Taylor e Henry Ford, autores clássicos da administração, de controlarem aspectos peculiares da vida de seus funcionários, suas famílias e condutas perante a sociedade. Essa intervenção sinalizava uma economia capitalista, capaz de subjugar as demais áreas da vida em sociedade, fazendo com que essas se articulassem em função daquela, e não o contrário. Dessa maneira, o mercado capitalista, desde o início, atuou como uma força modeladora dos indivíduos.

Dessa forma, será que a Economia Solidária se apresenta como uma alternativa a essa sociedade dominada pelos princípios do mercado? Certamente que sim, pois a consciência por parte dos indivíduos, vítimas das armadilhas criadas pela economia

capitalista, poderia culminar no surgimento de empreendimentos solidários originais, ou seja, aqueles que funcionam de acordo com os princípios²⁴ da Economia Solidária.

As linhas de pensamento crítico que surgiram ao longo de anos, contrárias ao capitalismo, subsistiram a partir de três características negativas que compreendem as economias capitalistas:

Primeiro, o capitalismo sistematicamente produz desigualdades de recursos e poder. Na tradição marxista o efeito que figura no centro das críticas é a desigualdade econômica e de poder entre as classes sociais. A separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos agem como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital; segundo, as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar da solidariedade e, terceiro, a exploração crescente dos recursos naturais em nível global que põe em perigo as condições físicas na Terra, o que o torna insustentável (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.28)

A discussão trazida por Santos e Rodríguez (2002), amplia o debate de que a busca de alternativas perante os efeitos excludentes do capitalismo, citados acima, reforçam o surgimento de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, como as formas cooperativas de produção, de tradição cooperativista.

2.2. Uma representação da Economia Solidária: o cooperativismo

À luz desse debate, os estudos no campo da Economia Solidária têm alcançado cada vez mais destaque e importância nos dias atuais (BARRETO e PAES DE PAULA, 2009, p.200). Um despertar de interesse surgiu na busca de formas econômicas alternativas ao capitalismo, já que este fracassou em sua promessa de expansão econômica aliada à equidade e prosperidade social. Isso mostra uma evidência da incapacidade do capitalismo de satisfazer os aspectos sociais, embora os valores do sistema capitalista, baseados na lógica do mercado, têm ocupado cada vez mais espaço na vida das pessoas, às quais não se restringem à esfera econômica, mas ultrapassam-na, atingindo áreas mais profundas do ser humano (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). O resultado dessa invasão é tão

²⁴ Gaiger (2004) menciona oito princípios: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

significante que os indivíduos não concebem outra imagem de si mesmos senão aquela de agentes desse sistema.

Frente a esse quadro excludente de base capitalista, Singer (2002) traz a concepção de que a cooperativa é a representação máxima da Economia Solidária e a que mais se aproxima do modelo ideal, frente aos princípios e vivências da Economia Solidária.

Diante de uma perspectiva histórica, o pensamento e a prática cooperativista modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial, pois as primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, “como reação à pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses e pequenos produtores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial” (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.33).

Mas foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo, que se autodenominaram de cooperativas de consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, a princípio, com o objetivo de se opor à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, da demanda coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.33). Nesse contexto, as primeiras experiências cooperativistas surgiram da influência das teorias pioneiras do associativismo contemporâneo. Na França, as teorias associativistas de Charles Fourier e de Pierre Proudhon inspiraram o estabelecimento das primeiras cooperativas de trabalhadores.

Para Hirst (1994, p.15), desde as suas origens, no século XIX:

o pensamento associativista e a prática cooperativa desenvolveram-se como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado. Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil.

Nessa direção, como prática econômica, o cooperativismo inspirou-se nos valores da autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade (BIRCHALL, 1997, p.65). Esses valores se direcionaram dentro de “sete princípios que têm guiado o funcionamento das cooperativas de todo o mundo desde a sua versão inicial” exposta pelos pioneiros de Rochdale, os primeiros cooperados contemporâneos:

1. Vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros; 2. Controle democrático por parte dos membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio ‘um membro, um voto’, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa; 3. A participação econômica dos membros – tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proveitos; 4. A autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações; 5. O compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva; 6. A cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e 7. A contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa (BIRCHALL, 1997, p.65).

Esses princípios refletem o caráter cooperativista que deu forma a experiências bem-sucedidas de economias solidárias, a exemplo do complexo cooperativo de Mondragón²⁵, na Espanha, é um exemplo de prática que não conseguiu converter-se em uma alternativa importante em relação ao setor capitalista da economia nacional e mundial (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.34), frente a numerosas tentativas fracassadas de cooperativas. Mas, Mondragón não foi a única experiência de cooperativa de sucesso, ainda que o Complexo seja a experiência mais desenvolvida e estável, “existem em todo o mundo iniciativas bem-sucedidas de economias cooperativas das mais diversas” (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.40).

Fazendo um parâmetro distintivo, as cooperativas se diferenciam das empresas capitalistas justamente em função dos seus princípios e valores. Teoricamente, os cooperados são movidos por valores éticos como honestidade, responsabilidade social e interesse no bem coletivo (BENATO, 2011). O princípio central que caracteriza os

²⁵O Complexo Econômico de Mondragón, localizado no País Basco Espanhol, trata-se de uma rede de cooperativas, iniciada em 1965, pertencente a 30.000 trabalhadores oriundos de 109 fábricas, que abarcam uma cadeia de supermercados, um banco e uma universidade. O sucesso da cooperativa estão relacionadas a inserção delas em redes de apoio e ao esforço constante para tornar as cooperativas competitivas no mercado global. É uma verdadeira economia regional cooperativa, porque as cooperativas de produção, consumo, crédito e educação que integram o complexo estão ligadas através de laços múltiplos de mútua dependência. Há um banco cooperativo pertencente ao grupo (a Caixa Laboral Popular) que não só concede empréstimos às cooperativas em bases favoráveis, como serve a elas e ao grupo, no seu conjunto de órgãos de coordenação, supervisão e assessoria. Da mesma forma, a universidade tecnológica que atende a todo o grupo (a Escola Politécnica Profissional) encarregada de educar os futuros trabalhadores e administradores das cooperativas e de lhes dar formação para garantir a sua flexibilidade trabalhista e a atualização de conhecimentos. O Complexo trabalha com estratégias, uma vez que um dos objetivos centrais é a manutenção do emprego dos sócios dentro do complexo e, em caso de desemprego temporário, a prestação de um prolongado seguro-desemprego, o complexo está sob a constante pressão de criar novas cooperativas e postos de trabalho, o que exige constante inovação e melhoria nos níveis de produtividade. Outra estratégia é a política de evitar o crescimento desenfreado das suas cooperativas: quando uma cooperativa bem-sucedida está se expandindo, Mondragón procura criar cooperativas que se encarreguem de algumas das atividades desempenhadas por aquela, de tal forma que seja garantida tanto à continuidade da estrutura do complexo, baseada em grupos fortemente integrados de cooperativas relativamente pequenas e flexíveis, quanto a criação de novos focos de emprego e inovação (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.39-40)

empreendimentos solidários é o da autogestão, visto que este consiste em uma participação efetiva dos cooperados. As assembléias gerais realizadas com o intuito de dar voz aos participantes, onde pode ser debatidas questões que vão desde o nível estratégico até as que orientam a adesão de novos sócios, são discutidas e resultam em diretrizes de funcionamento para a cooperativa. Sob essa ótica, a participação dos cooperados é essencial para que as decisões tenham realmente um caráter coletivo e, da mesma forma, para que a responsabilidade pelas implicações das mesmas seja igual para todos (JUNQUEIRA e TREZ, 2004).

Mas o debate sobre a economia solidária surge amplamente mobilizado por diversos segmentos da sociedade, com uma variedade de objetivos e interesses. As cooperativas, de um modo geral, sejam elas de produção, de consumo, de crédito, aparecem no cenário como algumas das formas de organização do trabalho e de alternativa ao desemprego, sob a marca da economia solidária, sendo esta uma contraposição à economia capitalista (SOUZA, 2008, p.53).

No âmbito brasileiro, observamos o florescimento da prática cooperativa a partir de 1932, quando foi promulgada a lei básica do cooperativismo brasileiro; mas foi a partir da década de 1990 que o debate em torno dos empreendimentos cooperativos ganhou destaque. Esse período foi marcado por um agravamento da crise econômica, com forte crescimento do desemprego e dos trabalhos informais, parciais e temporários, em decorrência do processo de desindustrialização e de reestruturação produtiva, assim como das novas políticas neoliberais. Este cenário acabou por favorecer a criação de “empreendimentos solidários” que fossem capazes de promover a geração de trabalho e renda para a população excluída do mercado de trabalho formal (DAL MAGRO e COUTINHO, 2008, p.704).

Portanto, o cooperativismo representa uma das expressões da Economia Solidária, já que esta compreende uma diversidade de outras práticas, organizadas na forma de associações, empresas autogestionárias e entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo.

2.3. Economia Solidária: um percurso a partir de seus conceitos e terminologias

Culti et al (2010, p.15) afirmam que, apesar de o conceito de economia solidária nem sempre ser usado com o mesmo significado e nome, seu princípio é a idéia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Segundo eles, atualmente

utiliza-se esse conceito amplamente no Brasil e em diversos países e seus empreendimentos apresentam as seguintes características: são organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático (CULTI et al, 2010, p.15).

Sob a ótica de Laville e Dionne (1999), o conceito de economia solidária proporciona uma noção sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária.

Para França Filho e Laville (2004), o primeiro passo para se compreender a Economia Solidária é a desconstrução do conceito disseminado na sociedade capitalista. Na visão de Barreto e Paes de Paula (2009, p.201), esses autores se basearam em Polanyi (1980) para desenvolver esse argumento, “já que este explicita quatro formas de interação econômica: a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição e o mercado”:

Os mesmos expõem que o projeto da Economia Solidária deve se estruturar a partir de uma hibridação entre essas economias, e que o desafio é justamente reunir em uma só proposta o que cada uma delas têm de positivo. Essa forma plural de se compreender a dinâmica econômica permite que a Economia Solidária estabeleça novos parâmetros que desmistifiquem a idéia de que a riqueza e felicidade são resultados diretos da lógica capitalista (BARRETO e PAES DE PAULO, 2009, p.201 apud FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

A referência teórica maior, no caso brasileiro, para se discutir conceitualmente a economia solidária é Paul Singer. Segundo ele, a economia solidária “constitui um modo de produção, que ao lado de outros modos de produção, compõe a formação social capitalista pelo fato desta moldar a superestrutura legal e institucional” (SINGER, 2002, p.86). Ela envolve “produtores, consumidores e poupadores que se organizam sob a forma de autogestão e praticam a solidariedade para com os trabalhadores, particularmente com os menos favorecidos” (SINGER, 2003, p.116).

Dessa maneira, a economia solidária é um modo de organizar a produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado, a cooperação e a autogestão. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob a forma de

associações, cooperativas, redes de cooperação e grupos informais de produção (CULTI et al, 2010, p.7).

No tocante às terminologias encontradas na literatura pontuamos algumas, expostas por Defourny et al (1999, p.14), o que discordamos por não se adequarem ao contexto brasileiro:

A expressão terceiro setor, mesmo que imperfeita, é a que recebe a nível internacional o maior consenso. Como prova disto, citam a associação *International Society for Third Sector Research*, criada em 1992. Mas se olharmos para regiões geográficas específicas, observam eles, outros termos são preferidos. Assim nos EUA fala-se em *non-profit sector* ou *independent sector*, que corresponde à apelação inglesa de *voluntary organizations*. O termo economia solidária e a apelação *organizaciones de economía popular*, são mais comuns na América Latina. Segundo Defourny (2001), na Alemanha usa-se a palavra *Gemeinwirtschaft* e na Suécia, *folkrörelse* ou *association ideel*.

O termo Economia Solidária é visto também com outras terminologias: economia popular (ICAZA e TIRIBA, 2003; KRAYCHETE, 2000), economia do trabalho (CORAGGIO, 2000, 2003), terceiro setor ou setor não-lucrativo (SALAMON e ANHEIER, 1997) e economia social (FAVREAU, 2005). Segundo Cunha (2003), economia social é um termo comum em países da Europa com tradições cooperativistas.

A Economia Solidária é por vezes também denominada como terceiro setor. Isso se dá em virtude do seu caráter não-governamental e de não acumulação de capital:

A economia solidária se reconhece como setor econômico, portanto formado por empresas – empresas onde a dimensão social importa tanto quanto a dimensão econômica, empresas orientadas por valores distintos do capitalismo, mais ainda assim empresas (CUNHA, 2003, p.64).

Nesse contexto, parece que o termo Economia Solidária engloba inúmeras práticas econômicas e não há um consenso sobre o seu significado e terminologias.

2.4. Economia Solidária: perspectiva histórica

A partir da década de 1980, mais precisamente no período de 1990, diversos autores como Singer (2003); Mance (1999); Gaiger (1996); Laville (2004) e Razeto, (1997) vêm destacando a expansão e desenvolvimento de iniciativas econômicas que compõem a chamada Economia Solidária.

Sob o olhar de Azambuja (2009, p.283),

as causas apontadas para explicar este crescimento são, de um lado, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, a partir da década 1970, com a crise do modelo fordista-taylorista²⁶ de produção, que resultaram em aumento dos processos de exclusão do mercado formal de trabalho (desemprego, flexibilização e precarização das relações de trabalho) e, de outro, com a crise do Estado de Bem-Estar Social e a queda do bloco soviético, a ascensão do projeto neoliberal cujas políticas estariam aumentando os processos de exclusão social e, assim, provocando o crescimento da pobreza junto ao desmanche dos mecanismos de proteção social (previdência, serviços públicos, etc.).

Mas a raiz histórica da economia solidária é mais antiga, pois ela nasceu logo depois da revolução industrial, como resposta ao assombroso empobrecimento dos artesãos ingleses provocado pela propagação do uso de máquinas e da organização fabril da produção. Passado algum tempo, fora de cena devido às bonanças da economia mundial, ela renasce, novamente, num momento de crise. Esse renascimento da economia solidária no mundo, “é reflexo da crise que se iniciou nos anos de 1980, e se intensificou na década de 1990. Agora, no fim desta década, começa a dar sinais de que está sob controle, sendo o movimento de economia solidária um dos responsáveis para que isto ocorra mais solidamente” (FRANCO et al, 2008, p.5).

No caso brasileiro, a Economia Solidária ganha destaque em 1980 em que cresce e se intensifica nos anos de 1990. Organizado e representado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), é responsável por propor, em nome do movimento de economia solidária, as diretrizes que devem nortear a economia solidária no país e ainda, reivindicar as suas demandas junto ao poder público.

Portanto, nesse contexto, a noção teórica de economia solidária começou a aparecer no Brasil na década de 1980, mas é prioritariamente na segunda metade da década de 1990

²⁶ O Fordismo foi o período ótimo do sistema capitalista, o auge da modernidade, o ‘Alto Fordismo’ que ocorreu na metade da década de 1950 até final da década de 1960. Baseava-se na centralidade, na otimização da força de trabalho, cujo trabalhador tinha que desenvolver seu trabalho o máximo possível em espaço de tempo reduzido; com fábricas trabalhando na produção em massa, com grandes estoques de produtos e uma forte presença do sindicato; se conduzia a idéia de desenvolvimento associada ao progresso, ao crescimento do padrão de vida da classe média e também na crença ao socialismo, sob a luta de classe em que se propagava a revolução da classe social, enfim, “o Capitalismo Fordista combinou empresas com alta racionalização, centralização e integração vertical com sindicatos nacionais e com uma substancial expansão do Estado” (BONANNO, 1999, p.49,51). A desarticulação desse sistema começou enfraquecer no começo dos anos 1970, quando o Estado deixou de ser o grande impulsionador para ser o desacelerador desse sistema. O período iniciou a fase do Capitalismo Pós-Fordista, que traz a Pós-Modernidade, e a crise dos paradigmas, com a produção descentralizada, com os nichos de mercado; a diversificação da produção, com estoques reduzidos; a fraca presença dos sindicatos com o Estado entrando em crise, o que promove o poder das multinacionais; há também o fim das utopias clássicas, para sobreviver a este capitalismo, com o surgimento de novas utopias como o Terceiro Setor e a Economia Solidária (BONANNO, 1999).

que ela toma impulso e se multiplica. Essa ‘onda solidária’ é resultado do investimento de vários movimentos sociais, organizações não governamentais, categorias e entidades sindicais “que buscam novas formas de superação da crise do capital e do trabalho, do desemprego, e forjam estratégias de ação política e organização do trabalho” (SOUZA, 2008, p.53). Assim,

este movimento é claramente perceptível no governo Lula que institucionalizou a partir do seu primeiro ano de mandato uma política centrada na economia solidária, para a qual criou uma secretaria nacional. Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A direção da Senaes ficou a cargo de um respeitado acadêmico brasileiro, com grande atividade, pesquisa e produção sobre o tema, o economista Paul Singer. A partir de então, a economia solidária alçou o *status* de política pública de governo. Mesmo antes da criação da SENAES, as iniciativas de economia solidária no Brasil vinham sendo impulsionadas a partir das ações de vários grupos sociais (movimentos sociais, ONGs, Igrejas, incubadoras), que apoiavam, entre outras, a constituição e a articulação de cooperativas populares, as redes de produção e comercialização e as feiras de cooperativismo e economia solidária. Ao longo do tempo, esses grupos passaram a articular fóruns estaduais e regionais, mas foi no marco das organizações de entidades, durante as edições do Fórum Social Mundial, que se constituíram as bases de criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (SOUZA, 2008, p.53).

Partindo para um enfoque atual, a economia solidária faz parte da agenda do Estado para a implantação de políticas governamentais (municipais, estaduais e nacional), que visem seu desenvolvimento.

O Governo Federal criou, no âmbito do MTE, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), com o objetivo de favorecer o desenvolvimento e a divulgação da economia solidária. O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (parte do Plano Plurianual 2004- 2007 do Governo Federal) prevê a realização de um mapeamento da economia solidária no Brasil, considerando os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio, assessoria e fomento. Com base nesse mapeamento será constituído o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)²⁷, composto por uma base nacional e por bases locais de informações que proporcionem visibilidade às iniciativas e ofereçam subsídios aos processos de formulação de políticas públicas (SOUZA, 2008, p.53).

²⁷ Os estudos sobre a economia solidária no Brasil dispõem de uma importante fonte de informações desde 2006, oriunda dos primeiros Mapeamentos Nacionais da Economia Solidária que formou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério de Trabalho e Emprego, com apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O mapeamento mostra a gênese dos empreendimentos econômicos solidários, suas estratégias de desenvolvimento e os benefícios para seus integrantes e para as comunidades onde ela se desenvolve (FRANCO et al, 2008, p.21).

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) executou o mapeamento da economia solidária que foi realizado em todo o país, com o objetivo de identificar e caracterizar a forma de organização do trabalho. Segundo a SENAES (2006), o mapeamento ocorrido no segundo semestre do ano de 2005, contou com a participação de aproximadamente 200 entidades, mais de 700 entrevistadores das Universidades e militantes sociais que visitaram quase 15.000 empreendimentos econômicos solidários em todas as unidades da federação, abrangendo 2.274 municípios, o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros. O objetivo foi identificar as formas de gestão, as histórias e as dificuldades dos empreendimentos de economia solidária. Com esses dados, foi criado o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), ou seja, um banco de dados com todos os empreendimentos identificados pelo mapeamento.

Os dados revelaram que, considerando a distribuição territorial do Brasil, há uma maior concentração dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na região Nordeste, com 44%. Os demais: 17% na região Sul, 14% na região Sudeste, 13% na região Norte e, 12% na região Centro-oeste (SENAES, 2006).

Dados²⁸ mais atuais revelaram que entre 2005 e 2007 foram identificados 21.859 EES em 2.934 municípios do Brasil (o que corresponde a 52% dos municípios brasileiros), mediante uma população de 1 milhão e 687 mil homens e mulheres. Os dados também indicaram que mais da metade dos empreendimentos (52%) está organizada na forma de associações, 36,4% são grupos informais, 9,6% cooperativas e 2% distribuídos entre empresas autogestionárias de sociedade mercantil (CULTI et al, 2010, p.22). Segundo registros,

a atividade econômica desses empreendimentos é muito variada, mas considerando as 50 atividades que mais apareceram nos empreendimentos, predomina as ligadas à agropecuária, extrativismo e pesca (50%), seguida das de produção manufaturada – industrial e artesanal (37%), ficando as atividades caracterizadas como serviços com 7% e como comércio 6%. Quase a metade (48%) desses empreendimentos atua exclusivamente na área rural, 34,6%

²⁸Os dados revelados pelo Mapeamento da Economia Solidária indicam que está em constituição uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho e da renda. Isso é possível quando ocorre a combinação da cooperação, da autogestão e da solidariedade na realização de atividades econômicas, melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, estabelecendo novas relações entre produtores e consumidores, respeitando o meio ambiente e contribuindo para os movimentos emancipatórios na sociedade (FRANCO et al, 2008, p.12).

exclusivamente na área urbana e 17,1% têm atuação tanto na área rural como na área urbana (CULTI et al, 2010, p.23).

Em suma, os dados da pesquisa revelaram que apenas 9,6% dos empreendimentos solidários estão organizados em cooperativas, quando comparado às associações (36,4%). Isso traz implicações nas dificuldades encontradas para construir e gerir uma cooperativa em torno de elementos que a envolve, tais como: rede de atores, formas de articulação local/global (na disputa entre capacidades locais e demandas globais), estilo de governança (a capacidade de administrar, otimizar os recursos humanos, dar respostas ao mercado/consumidor/parcerias), estratégias de capitalização, a natureza de empresa ancorada na economia solidária.

Mas os registros trazem outro olhar, de que “quase a metade desses empreendimentos (48%) atua exclusivamente na área rural” (CULTI et al, 2010, p.23). Isso dá margem à compreensão de que o papel dos empreendimentos é quebrar cada vez mais a passagem dos atravessadores na dinâmica de comercialização dos produtos.

2.5. Empreendimento Econômico Solidário (EES): atividades econômicas organizadas

O arranjo mais comum sob inspiração da Economia Solidária é conhecido como Empreendimento Econômico Solidário (EES)²⁹. Esses empreendimentos são organizações que exibem características:

1. coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc;
2. cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
3. permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
4. com diversos graus de formalização,

²⁹Culti et al (2010, p.28) pautam os quatro princípios que agregam a Economia Solidária: cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica. Na cooperação há interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva de bens, partilha dos resultados de forma equitativa e responsabilidade solidária diante das dificuldades. Na autogestão estão presentes as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses. A solidariedade envolve a preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes, comprometimento com o meio ambiente sustentável, com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores(as) e consumidores(as). Na viabilidade econômica vê-se a agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, comercialização, crédito e consumo.

prevalecendo a existência real sobre o registro legal e; 5. que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (ATLAS, 2006, p.13).

No EES o exercício da autonomia deve ser visto a partir da forma como se dá a gestão das diversas áreas do empreendimento, compreendendo tanto os aspectos objetivos como os subjetivos, no que tange à administração, organização do trabalho e as definições dos valores e metas da empresa (DRUMMOND e CARVALHO, 2001). Dessa forma, a economia solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, em que seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos (CULTI et al, 2010, p.15).

No tocante aos EES é necessário reconhecer que eles funcionam em um sistema onde predominam as práticas de concorrência e mercado. “Um dado de realidade que se faz necessário reconhecer, é a existência dos mercados, isto é, a predominância ou a hegemonia da atividade econômica que ocorre em função e através destes mercados, em detrimento de outras formas de produção e distribuição (ou apropriação) do excedente econômico (TAUILIE, 2001, p.3).”

Essa prática nos reporta a posição de Guigue (2001) de que a economia solidária é um movimento que se esforça, depois de dois séculos, para conciliar atividade econômica e justiça social. Partindo dessa premissa, Laville (1999) afirma que a dimensão social deve estar permanentemente articulada com a dimensão econômica e com a dimensão política na caracterização do fenômeno da economia solidária, pois nessas iniciativas os indivíduos não se comportam unicamente como atores econômicos; trata-se de membros de famílias ou de comunidades que são igualmente cidadãos na esfera política.

2.6. Autogestão e Solidariedade: princípios intrinsecamente interligados

Nesse momento, chegamos a um dos princípios fundantes da economia solidária junto à autogestão: a solidariedade, princípio fundamental que se constrói, de acordo com

Singer (2003a), nas relações estabelecidas entre os membros das organizações através da prática da autogestão e do companheirismo. A autogestão, para o autor, consiste na igualdade de direitos entre os membros dos empreendimentos e na repartição do capital entre todos de forma igualitária. Nardi et al (2005, p.321), por sua vez, diz que a construção da solidariedade se materializa pela priorização da organização de cooperativas formadas por desempregados e trabalhadores em vias de perder o emprego nas camadas mais pobres da população. O trabalho solidário caminha junto à prática cooperativa ou associativa que carrega um forte componente de afetividade, de cuidados mútuos e interação humana, além do aspecto econômico, como menciona Culti et al (2010).

Prática diferente da ótica capitalista que prima pela individualidade, Culti et al (2010, p.78) diz que a prática solidária se transformou, historicamente, ao longo do tempo, pois:

A forma antiga de solidariedade, ou tradicional, denominada por Durkheim (1858-1917) como “mecânica”, permite abrigo e segurança diante das adversidades, pois é feita por relações interpessoais muito próximas, como as relações na comunidade, de vizinhança ou familiares. A moderna vida urbana e industrial trouxe a idéia da autonomia dos sujeitos diante da comunidade, levando-nos a praticar relações despersonalizadas e utilitaristas na linha do ‘salve-se quem puder’, dissolvendo os laços sociais e deteriorando os sentimentos de solidariedade e naturalizando também as desigualdades (CULTI et al 2010, p.78).

O resultado aparente desse processo, no qual vai se perdendo gradativamente as antigas formas de solidariedade, fica visível na modernidade, por meio da convivência com sentimentos que denotam uma geração de muita insegurança. A economia solidária, por sua vez, indica um caminho que ameniza os resultados desse processo, por ser agregadora.

Esta visão pressupõe que o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso sob diferentes olhares:

Na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (JESUS, 2008, p.10).

A esse caráter solidário associa-se a autogestão, sendo posta em destaque por Santos e Rodríguez (2002) como uma das características emancipatórias das alternativas de produção não capitalistas, em que se busca substituir a autocracia, típica desses modos de produção, pela democracia participativa no interior dos empreendimentos.

Sob o mesmo aspecto, Jesus et al (2004) afirmam que o trabalho autogestionário são menos hierárquicos e mais horizontais, aumentando a responsabilidade e o poder de decisão do coletivo de trabalhadores. Nesse sentido, a autogestão não pode ser vista separada de princípios como a democracia, a autonomia e o igualitarismo.

Para Singer (2000a, 2000b), a experiência de trabalho autogestionário traz consigo um potencial educativo, ou seja, a autogestão, através das práticas que a envolvem, que permitiria educar e transformar o comportamento dos sujeitos, no sentido de que suas ações passariam a ser pautadas por valores ideológicos que não aqueles das relações sociais capitalistas. Portanto,

a constituição de empreendimentos autogeridos não seria apenas uma alternativa encontrada pelos trabalhadores ao assalariamento e à pobreza, mas um conjunto de práticas que podem transformar a consciência e o comportamento dos seus praticantes, fazendo com que esses últimos incorporem valores ideológicos (participação, igualdade, solidariedade),[...] opostos àqueles que fundamentam a lógica individual e competitiva das sociedades capitalistas (SINGER, 2000a, 2000b).

Nessa perspectiva, podemos considerar que a economia solidária pode ser expressa da seguinte maneira: “à medida que o sujeito se envolve nas práticas econômicas de autogestão, ele é educado para a autogestão e à medida que ele é educado, mais ele pratica e incorpora os valores da autogestão que, por conseguintes são os valores ideológicos da Economia Solidária”, nos termos de Azambuja (2009, p.284).

Sob outro aspecto desencadeador, nos termos de Arruda (2009, p.2), o trabalho autogestionário é a afirmação de que o ser humano pode se tornar sujeito da sua própria economia podendo deixar de ser objeto de outros e das suas próprias criações (do capital, das riquezas, do dinheiro, das máquinas, da tecnologia). Ele mostra que pode haver uma cultura diferente e superior à cultura da ganância e da usura. Ele também mostra que o capitalista é uma figura descartável nesse contexto (ARRUDA, 2009, p.2).

Transitando em um contexto histórico, a autogestão como forma de organização produtiva pode ser identificada em diferentes momentos históricos e espaços econômicos rurais e urbanos:

embora seja mais difundida em meados do século XX, no entanto, desde sua origem as “experiências autogestionárias sempre estiveram relacionadas com as lutas dos trabalhadores e principalmente do movimento operário (CULTI et al, 2010, p.75 apud ALBUQUERQUE, 2003).

Portanto, a autogestão não faz referência apenas a um modelo gerencial de administrar uma organização econômica, mas de práticas sociais que se construíram ao longo do tempo.

2.7. Desenvolvimento Local e o contexto na Economia Solidária

O debate sobre o desenvolvimento local no Brasil, tem se ampliado desde o final do século XX, em grande medida, pautado pelas consequências decorrentes do acelerado processo de globalização que se intensificou no país e da adesão do Estado às orientações do Consenso de Washington, preconizando a desregulamentação da economia e a conformação de um Estado mínimo, feito no citado período. Santos (2005, p.27) denomina de resistência os movimentos desencadeados pelo campo contra-hegemônico para enfrentamento dessa busca de mundialização do capital. Com efeito, tem ocorrido vasta produção teórica sobre o tema desenvolvimento local, que permite iniciar um valoroso debate em torno do que consistem as diversas concepções, a partir dos últimos 15 anos. Podemos mencionar que, em geral, predominam autores tratando de um processo de concertação, que tem como objetivo reunir os diversos atores de uma determinada localidade e, de modo compartilhado, desencadear a construção de objetivos comuns frente aos desafios colocados pela globalização.

Assim, Jara (1998, p.73), afirma que o desenvolvimento local remete à intervenção institucional para a análise das relações de poder e das forças que articulam alianças ou se confrontam, ressaltando que isto leva à necessidade de se considerar questões relacionadas à participação, à democratização, ao empoderamento, entre outros aspectos.

Para Coelho (apud JESUS, 2007, p.72), o desenvolvimento local é um processo de negociação que procura mobilizar o interesse de todos os atores considerados relevantes em

uma localidade. O objetivo central é mudar as condições de vida da população através de uma ação descentralizada, contando com a participação de todos.

Entretanto, há discordâncias de concepções, mesmo que predomine um entendimento de que esses processos endógenos buscam construir alternativas de inclusão social e econômica à população, principalmente a parcela que mais foi atingida pela desregulamentação do trabalho, ou pela perda não apenas dos postos de trabalho, mas, em alguns casos, até o desaparecimento de profissões em decorrência das mudanças recentes.

Nessas vozes dissonantes, destacamos Oliveira (2001), que mostra que os arranjos locais, que têm procurado constituir-se ante os efeitos das mudanças constatadas atualmente nas relações econômicas e sociais, são insuficientes como uma construção de alternativa aos efeitos devastadores, gerados pela globalização, como bem denota o autor:

A maior parte das definições e ensaios de desenvolvimento local a rigor parecem-se mais com adaptações dos dominados do que alternativa à dominação: a própria dificuldade de definir o que é desenvolvimento local já é um indicativo suficientemente forte [...] (OLIVEIRA, 2001, p.5)

Ao mesmo tempo, Callou (2006, p.111) enfatiza que, na contemporaneidade, os espaços de participação indicam que as estratégias em comum estão mais sustentadas nas diferenças do que na igualdade. Apoiado na concepção de multidão, de Hard e Negri, mostra que o dissenso social é mais representativo de nossa condição atual do que o consenso.

Sob outros aspectos, o desenvolvimento local vem sendo objeto de grandes debates: a cada dia aumenta mais a discussão sobre este tema, que representa uma oportunidade de inclusão social na medida em que promove a dinâmica econômica, melhorando a qualidade de vida das pessoas, através do aproveitamento das potencialidades endógenas, que se baseiam no aproveitamento dos recursos localmente disponíveis, das oportunidades e das capacidades locais (JARA, 1998, p.72).

Nesse contexto, Jesus (2007, p.25-26) traz uma compreensão bastante oportuna de, que se

trata de um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, trata-se de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e

serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (JESUS, 2007, p.25-26)

Portanto, levar o desenvolvimento local, no contexto de nosso estudo, ao debate da Economia Solidária é trazê-lo para um cumprimento de um dos princípios do cooperativismo: contribuir para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa (BIRCHALL, 1997, p.65), ao mesmo tempo, para se fomentar o desenvolvimento local integrado e sustentável, os instrumentos necessários são:

capital social local, instituições democráticas, fortes laços de cooperação e confiança entre os agentes locais, processo contínuo de inovação endógena e estratégias produtivas adequadas às condições locais ou do território. O desenvolvimento endógeno deve promover, a partir dos recursos, das potencialidades e dos agentes locais, o fortalecimento da economia e da sociedade local (CULTI et al, 2010, p.23-24).

Inserida nesse contexto, observamos a posição de Culti et al (2010) acerca da interrelação do desenvolvimento local e economia solidária:

É interessante notar que a economia solidária se utiliza, em grande medida, dos mesmos instrumentos. Além do desenvolvimento endógeno e sustentável, na economia solidária agrega-se o desenvolvimento solidário, pois são iniciativas na qual a autogestão, a confiança mútua, a cooperação, a democracia, a autossustentação, o desenvolvimento humano, a responsabilidade social e o controle social são princípios fundamentais. A economia solidária agrega ainda a inclusão social. Contribui também com o desenvolvimento sustentável, pois é um processo de melhoria da qualidade de vida que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, no curto e no longo prazo. Em síntese, as condições para o desenvolvimento local e para a economia solidária dependem de um desenvolvimento endógeno que possa contar com capital social fortalecido e que integre e mobilize os produtores por meio de redes sociais de técnicas de produção, comercialização, informação e formação, bem como outros atores locais, regionais e estaduais e as próprias políticas públicas em torno da sua autossustentação (CULTI et al, 2010, p.24).

Os autores afirmam que, para atender as práticas decorrentes da economia solidária indissociável ao desenvolvimento local é necessário que o desenvolvimento endógeno passe por um capital social fortalecido, integrado a redes “sociais de produção, comercialização, informação e formação”. Transitando por esse viés, Jara (2001, p.113) diz que, o “*empowerment*”³⁰ dos atores constitui elemento básico do capital social, com o

³⁰Empoderamento é apropriação, por indivíduos e organizações, da capacidade e do poder de realizar ações (GOHN, 2005, p.112). O empoderamento é possível quando as pessoas atuam com reciprocidade, respeito mútuo, tolerância e ajuda

objetivo de “melhorar as habilidades individuais e coletivas” que perpassam por um processo, que aponta aos indivíduos e aos grupos sociais a possibilidade de participar ativamente nas ações coletivas e abre caminhos para que as pessoas recuperem ou ganhem controle sobre suas condições de trabalho, vida e de seu entorno.

Nesse contexto em que reside o capital social, Jara (2001, p.110) ainda afirma que os atores sociais articulados e empoderados são movidos por “fortes sentimentos de confiança”, que constituem “o resultado natural dos relacionamentos de cooperação, selados em articulações e parcerias inteligentes que geram objetivos e aspirações comuns, sinergia e complementaridade”. Para o autor,

o capital social converte-se em recurso estratégico para o exercício do poder e para influir na esfera das decisões, ao empoderar os grupos excluídos e sem os recursos do capital social. Desenvolver capital social representa um investimento diferente da natureza produtiva, pois constitui habilidade e capacidade dos membros comunitários e das organizações para trabalhar e lutar juntos, conscientes do novo conceito de riqueza presente no capital social e na qualidade do desenvolvimento local. Seus insumos são as energias sociais de confiança e solidariedade que geram poder e dignidade quando da obtenção de benefícios para todos os atores envolvidos (JARA, 2001, p.113).

A partir dos pressupostos contidos nesses referenciais, observamos que o desenvolvimento local é um resultado direto da capacidade dos atores e das sociedades locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades endógenas, permitindo que as pessoas pensem, se empoderem e possam discutir e intervir naquilo que compõe o local.

Partindo de um enfoque nesse contexto, na essência do que seja desenvolvimento local, há “a idéia de que somos co-autores e co-responsáveis pelo destino de todos nós” e isso passa pela adoção da democracia, da autogestão, da participação e autonomia para a construção da vida coletiva. No entanto, não significa dizer que o Estado se exima das responsabilidades que lhe foram historicamente atribuídas, principalmente, nesse contexto de construção coletiva (PIRES, 2005, 59).

Mas, afinal, que local é esse que dá margem a uma prática de construção da vida coletiva, mesmo com ou sem a participação do poder público? Esse “local está associado à idéia de proximidade, vizinhança, identidade, raízes comuns, expressando, de um modo geral, laços mais fortes entre as pessoas” (PIRES, 2005, p.60). Mas também, esse local

social, com o propósito de construir, capacidade de atuar na esfera pública, em perspectiva de futuro, com nova consciência, novos acordos e visão estratégica de sociedade (JARA, 2001, p.113).

surge “como outra extremidade do global”, no sentido de que “não há local sem global e vice-versa”, pois é no “local que a globalização se materializa”, mas isso indica que o local não diz respeito tão somente a um “local específico”, mas revela “as articulações de um local, com o todo, isto é, com o global”, como menciona Pires (2005, p.60). Essa ação parte do acelerado processo de globalização que se intensificou no país (SANTOS, 2005, p.27).

No Capítulo III, seguinte, discutiremos e dialogaremos de forma efetiva os resultados coletados nessa pesquisa, no sentido de cumprir os objetivos propostos: analisar a inserção de jovens rurais na economia solidária no diálogo com o desenvolvimento local, na COOPEART; identificar o papel da cooperativa face às bases que norteiam um empreendimento solidário, especificamente a autogestão, a partir da participação dos cooperados; e analisar as categorias vetores que levam ao desenvolvimento local: as relações de poder, aspirações para o futuro, amor ao trabalho e participação dos jovens na cooperativa.

CAPÍTULO III – O CONTEXTO DOS JOVENS RURAIS FACE À NOVA ECONOMIA, EM DIÁLOGO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A Economia Solidária tem se revelado no cotidiano dos jovens da COOPEART, do Sertão do Araripe, ora presente, ora ausente na gestão coletiva, na gestão dos recursos financeiros, no processo de produção ou na cadeia de comercialização. É essa nova economia que fortalece a representatividade da juventude da COOPEART, uma vez que ela integra membros trazendo a idéia de que o trabalho é origem de uma força coletiva e solidária, ao mesmo tempo em que provém a renda para o conjunto dos membros.

O presente capítulo visa analisar o papel da cooperativa frente ao trabalho autogestionário, a partir do recorte da participação dos cooperados, como forma de identificar até que ponto a COOPEART se aproxima ou se distancia da prática da Economia Solidária. Outro aspecto de análise foi trabalhar as categorias vetores que levam ao desenvolvimento local: as relações de poder, aspirações para o futuro, amor ao trabalho e participação dos jovens na cooperativa.

3.1. Diagnose 1: Relação da Liderança com o Cooperado

Diferentes foram as respostas dos dois jovens da liderança à questão “Como a cooperativa trata os objetivos individuais dos seus participantes?” Tais respostas foram agrupadas por sequência:

Trata de forma que cada um tenha sua autonomia para fazer suas escolhas³¹
(JOVEM A).

A posição do JOVEM A reflete um trânsito de flexibilidade da cooperativa frente aos cooperados, no sentido de que os jovens têm espaço e liberdade para realizar suas escolhas no tocante às suas práticas. A “*autonomia*” mencionada pelo jovem passa pela liberdade. Conforme Muñhoz e Fortes (1998), a autonomia refere-se ao autogoverno, à autodeterminação da pessoa para tomar decisões que afetem sua vida e suas relações sociais.

³¹ Neste capítulo, as falas dos jovens, que participaram da amostra da pesquisa, estão transcritas em itálico para distinguir das citações de outros autores.

A cooperativa respeita os objetivos individuais de cada um. A gente sabe que os objetivos no geral são coletivos, porque fazemos parte de um grupo, mas mesmo assim sabemos que cada um tem seu objetivo, e que devemos nos juntar no coletivo para que os individuais se concretizem (JOVEM B).

Na opinião da liderança expressa na fala da JOVEM B, a cooperativa respeita, mas intervém no objetivo individual do cooperado, à medida que o objetivo geral pertence a uma ação do coletivo para que os individuais sejam concretizados na sua plenitude.

No que diz respeito ao processo de interação entre os membros da cooperativa na comunidade, as dimensões mencionadas pelos jovens no tocante de como se dá esse processo foram as seguintes:

Se dá por meio da participação em grupos de jovens e associação de forma simples e objetiva (JOVEM A).

As bases da COOPEART foram originárias de formações de grupos de jovens constituídos para discussão sobre políticas públicas, entretenimento e organização, ao mesmo tempo que alguns membros fazem parte da liderança de associações comunitárias, secretaria ou tesouraria, de duas comunidades rurais e membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Ouricuri-PE. Essas inserções possibilitaram acessibilidades dos jovens nas comunidades rurais em que fazem parte.

Para a JOVEM B: A interação se dá através da própria instalação da cooperativa na comunidade, pois ela não é isolada, [...] as pessoas vêm aqui, nos visitam. procuram saber como a gente está, como estão as vendas, ou simplesmente pra conversar. Existe uma troca de conhecimentos, [...] alguns nos ajudam com informações sobre locais de vendas, possíveis compradores. A gente interage assim”.

A fala da jovem acima evidencia a relação intrínseca de proximidade dos jovens cooperados com a comunidade, o que é característico da vivência de áreas rurais. Isso é definido a partir da idéia de comunidade, ou laços comunitários, em que a cooperativa reside. Sobre esse tema Tönnies (1973, apud PERUZZO, 2002, p.278) compreende comunidade a partir dos laços de sangue, de vizinhança, por afinidade espiritual, um agregado de pessoas vivendo numa determinada localidade, numa cultura comum, inserida numa estrutura social. Já Macleaver e Page (1973, apud Peruzzo (2002 p.278) afirmam que a localidade não é suficiente para se criar uma comunidade. Há a co-participação. Comunidade é uma área de vida em comum, com a noção de que se compartilha interesses.

Partindo-se para o processo de organização e decisão do grupo, semelhantes foram as respostas dos dois jovens quando lhes foi perguntado se “a cooperativa interfere no processo de organização e decisão do grupo”:

A cooperativa não interfere nas decisões do grupo [...] qualquer decisão que é tomada passa pela organização geral da cooperativa e não apenas pela liderança (JOVEM A). O mesmo foi dito pela Jovem B: A gente sempre deixou em aberto pra o pessoal falar, discutir, opinar e votar [...] eu acho que a cooperativa não influencia no poder de decisão dos membros, eu acho que todos têm discernimento pra saber o que é certo e errado ou o que é bom e ruim pra o interesse da cooperativa.

Os resultados dessa investigação não são congruentes com evidências apresentadas em outra pesquisa, a qual revela que “o controle não é democrático na cooperativa”, ocorrendo intervenções nas decisões do grupo, segundo pesquisa de Barreto e Paes de Paula (2009, p.207), frente a um estudo de caso corrido na “Cooperativa de Produção de Artigos Têxteis (COOPETEX)”.

3.2. Diagnose 2: Relações do Cooperado com a Cooperativa

A questão que orientou a pesquisa na segunda diagnose foi: “O que significa a cooperativa na sua vida? As respostas foram diversas:

A cooperativa pra mim tem um significado importante, porque é aqui que eu aprendi a ter uma profissão reconhecida pelas pessoas [...] eu sou agricultor também, mas a profissão de artesão aqui na cooperativa faz com que as pessoas me reconheçam que eu sou um artesão [...] elogiam o que eu faço. E isso pra mim é muito importante (JOVEM C).

A fala do entrevistado traz um discurso apoiado na aprendizagem, de que foi na cooperativa que ele aprendeu uma profissão e que as pessoas reconhecem esse ofício e que ele se reconhece também. O discurso traz também uma valorização do trabalho na cooperativa, com a prática do artesanato, no sentido de que o trabalho é origem de um bom relacionamento com a cooperativa. O outro entrevistado, por sua vez, traz um discurso bastante curioso, pois ele descreve que

a cooperativa é um lugar aconchegante, onde eu posso respirar [...] mesmo sendo um lugar em que a gente trabalha, aqui é onde eu esqueço os problemas de casa (JOVEM D).

O entrevistado acima traz uma perspectiva de que a cooperativa é um espaço de equilíbrio e harmonia, onde ele esquece os problemas de casa, sem a intervenção e a pressão dos pais, no trabalho da roça ou nos problemas familiares. Em contrapartida, a Jovem E menciona que a cooperativa

é um meio de interagir com a comunidade, mas que principalmente gera trabalho e renda trazendo mais responsabilidade pra gente, principalmente pra mim que não tinha responsabilidade [...] eu gosto muito do que faço (JOVEM E).

Outros elementos integram-se ao discurso dos jovens: a interação com a comunidade, geração de trabalho, renda e responsabilidade. A dimensão dada à cooperativa é multifocal, pois traz olhares dos mais diversos que passam pelo relacionamento do cooperado com o empreendimento, emergindo percepções interativas com as comunidades do entorno; trabalho e renda, mesmo sendo um empreendimento que complementa a renda oriunda da agricultura, mas que muitas vezes é superior, majoritariamente, à renda da atividade agrícola e a responsabilidade, fator resultante do trabalho contínuo no cumprimento de suas obrigações e prazos.

3.3. Diagnose 3: Participação do Cooperado

Submeter uma análise da participação dos jovens é identificar se a maioria deles encontra-se excluído das possibilidades de participação nos mecanismos de decisão da cooperativa. Trazendo contribuições para esse contexto, Peruzzo (1998) menciona que as

nossas tradições e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para assumir o controle e a co-responsabilidade na solução dos problemas [...], porque a dominação, assim como a submissão perpassam o cotidiano, a sociedade civil, o Estado, a família, a escola, o sindicato (PERUZZO, 1998, p.74).

Em contrapartida, Demo (1996, p.137) traz a participação como ferramenta de acesso para todos, enfatizando que participar significa “redistribuir bens e poder”.

Antes de entrarmos para análise dos resultados lembramos que a estrutura organizativa da cooperativa é bem simplificada, pois compõe um quadro de presidente, secretária e tesoureiro, isso é um reflexo da informalidade do grupo. Os mecanismos de

participação contemplam toda cadeia produtiva, da gestão à comercialização, pois não restringem apenas aos encontros nas assembleias ou reuniões informais.

Na perspectiva de análise do nosso estudo abordamos três questões suscitadas aos entrevistados: “Como se dá a sua participação na cooperativa?”, “Comparece e participa de todas as reuniões e encontros?” ou “Você se sente na obrigação de participar destas atividades?”. As duas respostas, a seguir, caminharam para uma mesma direção:

Eu participo da cooperativa sim, através da produção e da comercialização [...] eu sou responsável pela serragem e montagem dos produtos e das vendas [...] mas eu confesso que nem sempre estou nas reuniões do grupo que acontece, porque às vezes eu não tenho tempo ou tenho outro compromisso [...] mas depois o pessoal me repassa tudo que aconteceu na reunião [...] tudo que faço aqui é porque eu gosto, eu não sou obrigado a fazer nada além daquilo faço aqui (JOVEM D).

O discurso da Jovem E não foi diferente:

Eu sou responsável na parte do controle de qualidade, embalagem e estocagem dos produtos, às vezes faço as vendas, quando é preciso [...]. Nas reuniões, eu sou meio calada [...] quase eu não falo, eu não gosto muito, [...] aliás, eu venho pra reunião porque é o jeito, mas eu não me sinto obrigada, até porque eu quero saber o que está acontecendo, ver a prestação de conta [...], nas reuniões o que decidirem eu apoio, porque o que é decidido é sempre para o bem de todos” (JOVEM E).

Mas, uma outra direção surgiu na fala do Jovem C, no tocante à participação:

O meu trabalho na produção é um pouco pesado: eu fico na parte de serragem e revestimento, às vezes estou na montagem quando falta gente e na parte gerencial, às vezes, também, eu fico na tesouraria fazendo a prestação de conta do que entrou e saiu [...] faço também pagamentos e compra de materiais [...] quanto às reuniões eu sou bem participativo, mesmo quando eu tenho que faltar, eu aviso ao pessoal e sempre tem uma pessoa encarregada para fazer a prestação de conta por mim nas reuniões [...] eu confio no pessoal que trabalha comigo e nos encaminhamentos que ficam depois das reuniões [...] (JOVEM C).

Para que a autogestão se concretize na cooperativa, a participação é um elemento fundamental e as assembleias representam “o símbolo do controle democrático, visto que nela são discutidos todos os assuntos relacionados à cooperativa” (AZAMBUJA, 2009), mas nesse contexto vimos que os resultados mostraram, em sua maioria, uma baixa participação dos jovens nas reuniões, embora exista uma participação efetiva dos cooperados na cadeia produtiva, seja na produção e/ou comercialização. Essa ação foi

percebida também durante os encontros informais possibilitados através da adoção do método de observação participante.

Para Azambuja (2009, p.304), as assembleias gerais, são espaços de debates e busca por soluções coletivas para os problemas da cooperativa; não é um espaço de conflito, cobranças e controle de cada um sobre o outro, que, aliás, é uma concepção dos trabalhadores de perfil de instrumentalização capitalista.

Os resultados da presente pesquisa corroboram com pesquisa anterior em uma cooperativa estudada por Barreto e Paes de Paula (2009, p.210): “a participação na COOPETEX é relativamente baixa, pois a presença nas assembleias é, em média, de cerca de 60% dos cooperados” e quando há a presença do cooperado na reunião, ele não participa ou participa muito pouco: há “baixa qualidade na participação”. Para os autores essa prática é preocupante, pois coloca em risco a questão do “controle democrático”. Segundo eles, a baixa participação dos cooperados reside na “falta de interesse de alguns nas decisões”, sempre delegando as decisões para a liderança e essa prática ignora o papel de todos como gestores do empreendimento.

Mas, comparativamente, em outra pesquisa realizada em organizações diferentes, os resultados não foram congruentes, segundo Hammes (2005, p.159), dos jovens que participaram no âmbito da sua pesquisa demonstraram um “índice de participação elevado” em espaços de coletividade: Os jovens que participam, revelaram estar envolvidos em organizações diferentes, por motivos distintos: porque aprenderam a valorizar a participação através de ações coletivas ou porque abriram-se redes de participação, isto é, os jovens foram participando de outros espaços como sindicatos e grupos de jovens.

Sendo assim, de acordo com as falas do Jovem C, as possíveis ausências dele nas reuniões que suprimem sua participação, devem-se ao grau de confiança que se estabeleceu com os demais cooperados. Para Hammes (2005, p.143), “a convivência em grupo favorece o desenvolvimento do conhecimento mútuo” que “leva à confiança”, e “é uma relação que favorece a sociabilidade” entre eles. Uma confiança que possibilita “acreditar que se goza de confiança dos outros” (PUTNAM, 1996, p.174) e que aumenta na medida em que se confia.

Na diagnose 3, observamos uma concepção incompleta da inserção dos jovens nas reuniões da cooperativa, embora os resultados confirmem a participação democrática na

cadeia produtiva, que contempla a participação na produção, na comercialização ou na gestão. Eles afirmaram ter conhecimento de todo o processo de decisão, quando ausentes das reuniões, pois há uma socialização daquilo que é decidido nos encontros mensais. Para o Jovem D, quando ele se faz presente nas reuniões, sua participação é parcial, *“falo pouco, segundo ele, mas participo das decisões do grupo, quando é necessário, porque fazemos parte de um grupo que é unido e os problemas que surgem precisam ser resolvidos com a opinião de todos.* O Jovem C compartilha da mesma opinião, pois quando ele participa das reuniões, suas opiniões são defendidas até o fim, a menos que a maioria do grupo não esteja de acordo. Em contrapartida, a Jovem E não participa ativamente das reuniões por motivo de inibição, que segundo ela, não gosta muito de falar em público, embora tenha se empenhado em mudar sua atitude: *Nas reuniões, eu sou meio calada [...] quase eu não falo, eu não gosto muito, mas eu estou decidida a mudar isso, porque o nosso trabalho é de um grupo em que todos têm que falar, e eu tenho consciência disso* (JOVEM E).

Mesmo com uma concepção incompleta, no sentido de parcial, da interação dos jovens nas reuniões, a participação, segundo Gadotti (2001) é que conduz à gestão pelos próprios associados, tanto no processo de produção como no de organização. A capacidade da cooperativa em se organizar, apontada pelo conjunto dos jovens, frente à cadeia produtiva, é uma preocupação diária dos jovens cooperados, que não tem o apoio do poder público, mas vem da mobilização e articulação dos encontros de formação estimulados pelas associações comunitárias, através da ligação com os grupos de jovens, e a ONG Caatinga, que promovem juntas capacitações técnicas sobre questões administrativas, de controle contábil e de comercialização.

Assim, nesse contexto, a participação é um elemento de uso da autogestão que se configura como “um processo em constante gestação que pode sofrer avanços, mas também retrocessos” (LECHAT e BARCELOS, 2008, p.100). A autogestão nesse processo de constância, “aprende-se, praticando-a”, mas que “é um processo que exige vigilância” no trabalho autogerido.

Partindo desse princípio a participação num trabalho autogerido não seria apenas uma questão de interesse econômico, mas envolveria uma opção e educação político-ideológica do trabalhador

[...] contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho (SINGER, 2000, p.21-22).

Para Singer (2000), a formação de empreendimentos autogeridos (trabalhos autogeridos) não representaria apenas uma alternativa encontrada pelos trabalhadores ao assalariamento (ou à falta dele) e à pobreza, mas seria, também, o estabelecimento das condições e do conjunto de práticas capazes de transformar a consciência e o comportamento dos seus praticantes que passariam por uma prática educativa. Na perspectiva de Singer (2000), as práticas de trabalho autogerido só poderiam “ser verdadeiramente levadas a cabo” por pessoas que incorporassem e orientassem sua conduta através de valores como a igualdade, cooperação, solidariedade e participação. Portanto, participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER, 2002, p.21).

Nesse sentido, reportamos a uma fala do Jovem A, representante da liderança da cooperativa, mencionando que a COOPEART foi criada com o foco de complementar a renda dos jovens agricultores, a partir da adoção do perfil solidário, além de contemplar a ação de inclusão social e de obtenção de maiores ganhos atuando de forma associativa.

Ele ainda explica que,

o mais importante pra gente é o lado econômico, mesmo pensando no bem-estar dos membros [...] a liderança tem um papel mais importante na gestão [...] a gente sempre dá voz pra que todo mundo participe das decisões, mas às vezes isso não acontece, então a gente, da diretoria, é quem decide. O lado econômico é importante porque precisamos de renda pra que as coisas caminhem (JOVEM A).

A Jovem B confirma,

Durante esses anos todos que faço parte da COOPEART o lado financeiro sempre foi mais alto, embora a gente faça um esforço pra que todos os membros tenham uma participação maior [...] o problema é que muitos não querem participar, eu vejo assim, talvez falte estímulo da gente mesmo da diretoria pra que isso aconteça, mas nos nossos encontros de formação, que temos com o Caatinga, através dos projetos sempre colocamos e discutimos esse problema (JOVEM B).

Essa prática demonstra que o controle na cooperativa não é uma ação inteiramente democrática, enquanto participação de todos. Isso demonstra que as falas dos membros cooperados são parcialmente incompatíveis com a fala da liderança, o que demonstra um elemento de distanciamento do propósito da Economia Solidária.

3.4. Diagnose 4: Relação Cooperado e Família

Com a questão “Como sua família vê sua participação na cooperativa?” procuramos desvelar que relação os cooperados têm com seus familiares, naquilo que norteia a prática cooperativa. Os resultados demonstraram que a família apóia o trabalho deles na cooperativa, principalmente porque contribui para o fortalecimento da agricultura familiar e na manutenção do jovem no espaço rural:

Eles apóiam sim, porque a renda que consigo aqui, ajuda na compra de insumos para o trabalho na roça, além de comprar o que eu preciso pra mim [...] eu sou independente com o trabalho de artesanato, embora eu seja agricultor também ajudando meu pai na roça e isso eu acho que é um orgulho pra minha família (JOVEM C).

Apóiam, porque foi o artesanato que fez com que eu não tivesse vontade de sair mais daqui [...], no início eu queria muito morar na cidade por causa do movimento todo, mas depois que eu comecei a participar do grupo de jovem e depois das formações foi que eu vim pra cá, aí a coisa mudou e eu acho que meus pais apóiam porque eu não sai daqui da comunidade (JOVEM E).

Para o Jovem D, a resposta não foi diferente:

Meu pai apóia, mas a minha mãe apóia bem mais, por causa que antes a minha vontade também era de sair daqui, porque o meu sonho era fazer faculdade de agronomia e de ir mais para as festas, ainda é, e a minha mãe não queria que eu saísse daqui da comunidade por que lá na cidade tem muita violência e problemas e ela me dava muito conselho sobre isso [...] hoje eu estou satisfeito com o trabalho aqui, além de ajudar meu pai na lavoura [...] sempre dou um dinheirinho pra minha mãe quando sobra pra comprar as coisas que está faltando em casa [...] mas o meu sonho de estudar agronomia continua, mas eu quero estudar e voltar pra comunidade, mesmo se for casado, porque aqui nunca me faltou nada, pelo menos até hoje [...] e as festas é só no final de semana; eu vou, mas eu volto depois com o pessoal (JOVEM D).

Percebemos nas falas dos jovens cooperados o estabelecimento das relações familiares, a partir da inserção deles no trabalho cooperativo, o que sinalizou um pleno apoio dos laços familiares. A análise dessa diagnose permitiu também que o apoio dos pais é oriundo da permanência dos jovens na zona rural, na comunidade onde residem, fator predominante que impediu o enfrentamento à prática da migração rural e do fortalecimento da agricultura familiar, à medida que o trabalho artesanal da cooperativa, como prática pluriativa, atua como atividade complementar à renda da agricultura e que, algumas vezes,

é superior à renda gerada no trabalho agrícola. Para esse contexto, Wanderley (2001) traz contribuições, das quais discutimos no capítulo inicial dessa pesquisa, de que a pluriatividade não entra como o abandono das atividades agrícolas ou perda relativa de sua importância para a reprodução das famílias, como defendem alguns discursos científicos (no esforço de que a atividade pluriativa representa a perda da importância da atividade agrícola na dinâmica da agricultura familiar), mas concede entrada para a permanência da agricultura e da reprodução familiar remetendo-se, portanto, a uma aproximação.

3.5. Diagnose 5: A Economia Solidária na COOPEART

Os primeiros debates sobre Economia Solidária surgiram na COOPEART, através da parceria com o Caatinga oriundo dos encontros de formações financiados pela Visão Mundial na época, a partir do ano de 2004, período em que a cooperativa aumentou a formação do grupo funcionando com 26 jovens cooperados. Nesse mesmo período, surgiram também, as discussões acerca do Desenvolvimento Local, que entrou em pauta nas reuniões da cooperativa a partir das mobilizações e debates surgidos nos encontros de formação.

A Visão Mundial, enquanto agente financiadora apoiou a cooperativa nos financiamentos para a execução das formações, no fornecimento da alimentação, da estrutura física, na aquisição de máquinas e equipamentos, além da construção da gestão, comercialização e na divulgação em feiras e eventos. Nesse período, a empresa Ética, atuava como parceira, cuja relação era de compra dos produtos da cooperativa para o mercado justo, além de apoiar na divulgação. A parceria não perdurou, em função do pagamento lento, administrado pela empresa.

Entre os parceiros da COOPEART estão a Associação Mundaréu, de São Paulo-SP, que aceita bem o produto, paga bom preço, realizando pagamento adiantado; a Coopeagra, de Ouricuri-PE, que compra os produtos consignados e comercializa junto a feiras e eventos; a Atrium, loja que apresenta boa estrutura e vende os produtos oriundos da consignação; duas Associações Comunitárias de Ouricuri, que possibilitam o maior envolvimento dos jovens nas suas atividades; a Essene e Supercom, que atuam como fornecedora de materiais, dando bons descontos; o Caatinga, que apóia na formação, na

gestão e na comercialização, a partir do Projeto Juventude, Arte e Cultura, que, atualmente, é financiado pela Petrobrás; e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que auxilia na liberação da madeira de Manejo Florestal. Apenas as parcerias com o IBAMA e a Associação Mundaréu é que se encontravam paralisadas, no momento de finalização dessa pesquisa, em função de problemas ocorridos na não renovação de contrato, embora o grupo negocie o retorno delas.

A presente pesquisa se deteve na construção do conceito de Economia Solidária a partir da visão dos jovens, embora o conceito seja uma construção teórica de intelectuais, mas partimos da compreensão da prática de princípios e valores que norteiam a Economia Solidária presente no empreendimento, de forma a entender qual a compreensão que os jovens fazem acerca desse conceito como prática na cooperativa.

Nesse contexto, reportando aos dados da nossa pesquisa, quando indagados “O que você entende sobre Economia Solidária?” e “Como a Economia Solidária se expressa na cooperativa”, os entrevistados demonstraram dificuldade na construção do conceito, embora na prática, refletissem o oposto:

Eu acho que a noção que aprendemos de Economia Solidária, pelo que eu sei, é que ela está no trabalho coletivo [...] que traz aquela idéia de que o nosso trabalho é fruto de que não há um dono só no que nós produzimos e vendemos [...] todos são donos da cooperativa, juntos somos proprietários daquilo que fazemos aqui na oficina, mesmo que tenha aquele que trabalhe mais que o outro, mas cada um contribui, na união e na responsabilidade, com o seu trabalho [...] é diferente de uma empresa capitalista que tem um só dono e que explora seus trabalhadores [...] então, eu acho que é nesse caminho que você fala de economia solidária que nós entendemos e que fazemos aqui (JOVEM C).

Percebemos no Jovem C um amadurecimento no conhecimento da prática da economia solidária, o qual, segundo ele, adquirido através das participações em espaços de discussão política na associação comunitária, no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do município, no grupo de jovens e nos encontros de formação. Isso demonstra que ele não nega a propriedade coletiva e que há um sentimento de posse em relação à cooperativa; contrariamente à Jovem E, que sinalizou desconhecer parcialmente o conceito:

Eu não sei dizer exatamente o conceito, mas eu acho que vem da união do grupo no trabalho, na busca da igualdade entre todos para que tenhamos um futuro sempre melhor pra gente [...] (JOVEM E).

Segundo ela o desconhecimento parcial ocorre, em função do período curto em que está na cooperativa, há nove meses.

Mas para o Jovem D, mesmo inserido na cooperativa há um ano ele conceitua:

[...] economia solidária está ligada a ser solidário [...] em que um ajuda o outro pra que os nossos objetivos sejam alcançados [...] aqui a gente trabalha com esse objetivo de trabalhar em conjunto, unido, quebrando o atravessador, que acontece muito na agricultura [...] aqui a gente vende o produto direto pra o comércio, não vai pra mão do atravessador é a gente mesmo que corre atrás de parceria pra colocar o nosso produto no mercado e isso é muito importante pra gente, porque a gente ganha mais (JOVEM D).

Um aspecto pontuado na análise é que a maioria dos entrevistados compreende economia solidária no tocante ao trabalho, certamente, é como diria Coraggio (2001), em que o valor central da economia solidária é o trabalho somado ao saber e à criatividade humana e não ao capital-dinheiro ou sua propriedade, sendo a referência da economia solidária, cada sujeito, onde a eficiência não pode se limitar aos benefícios materiais de um empreendimento, mas, à qualidade de vida de seus membros.

Percebemos na perspectiva das falas dos entrevistados uma aproximação e um reconhecimento acerca do propósito da Economia Solidária, sinalizados no amadurecimento das respostas, principalmente no tocante à dimensão econômica, presente na fala do Jovem D e na autogestão no processo de trabalho, descrita na fala do Jovem C. Porém, em contrapartida, a Jovem E demonstrou pouco conhecimento acerca do significado de economia solidária, embora considere o valor da igualdade como importante no empreendimento.

Comparativamente, esses resultados não são semelhantes com os encontrados por Barreto e Paes de Paula (2009, p.207), em que demonstraram a dificuldade dos indivíduos de se inserirem na lógica cooperativista e que a inserção na Economia Solidária não se dá em função de seus princípios e fundamentos, mas representa uma opção à escassez de oportunidades de emprego (BARRETO e PAES DE PAULA, 2009, p.208). Mas esses mesmos autores alertam que esses resultados, oriundos de um estudo de caso “não refletem a realidade de todas as cooperativas no país”, pois “outras pesquisas precisariam ser realizadas para demonstrar se esta dificuldade de inserção na lógica solidária se faz presente na maioria das cooperativas brasileiras” (BARRETO e PAES DE PAULA, 2009, p.212).

3.6. Diagnose 6: O diálogo da Cooperativa com o Desenvolvimento Local

No contexto da COOPEART, percebemos que a cooperativa estabelece relações com o seu entorno, seja com amigos ou familiares, através da participação no grupo de jovens, no vínculo com outros grupos como as associações comunitárias e a Coopeagra³², de Ouricuri. Isso reporta a uma compreensão de Hammes (2005, p.41) de que este processo vem contribuir para que os jovens adquiram capacidades relacionadas à liderança e ao *empowerment*, importantes para o desenvolvimento de capital social junto à juventude local, o que vem satisfazer uma prática do desenvolvimento local.

Mostramos anteriormente, que os debates iniciais eclodiram na cooperativa a partir das oficinas de sensibilização e capacitação promovidas pelo Caatinga, com o apoio da Visão Mundial e das Associações Comunitárias locais. O intuito era promover mudanças na comunidade, a partir do trabalho da cooperativa com o fortalecimento do trabalho e renda para os jovens locais, dentro de um esforço concertado entre parcerias e no uso das energias endógenas dos cooperados, a partir do capital humano e social. Até então, os jovens não compreendiam esse processo de desenvolvimento local, mas aos poucos começaram a reagir e, ao longo dos anos, a desenvolver competências gerenciais e técnicas na cooperativa, o que favoreceu uma prática concentrada de desenvolvimento local, com redes de parcerias e na geração de trabalho e renda para os jovens do local, embora com dificuldades na sustentabilidade, pois ao longo dos anos jovens foram se evadindo, em função do ingresso no ensino superior e aprovações em concursos públicos para outros municípios pernambucanos, favorecendo um desequilíbrio parcial na cooperativa, que por sua vez, investe em formação, através de parcerias com o Caatinga, para inserção e permanência dos jovens.

Quando direcionamos a discussão para uma efetiva análise sobre o desenvolvimento local, reportamos às principais dimensões³³ que o rodeiam: o capital humano e o capital social dos atores sociais desse local. O capital humano é estruturado a partir do conhecimento, do acesso à informação dos atores sociais e isso passa pela escolaridade.

³² Cooperativa Agropecuária dos Produtores Agroecológicos do Araripe, que surgiu da necessidade das famílias agricultoras, assessoradas pelo Caatinga, em comercializarem seus excedentes de produção e demais produtos oriundos da propriedade.

³³ São quatro as dimensões que compõem o desenvolvimento local, além do capital humano e social, o capital empresarial que consiste na capacidade da localidade, do grupo de produzir e comercializar seus produtos, garantido a inserção no mercado e o capital natural, que corresponde à herança natural do local, isto é representa as condições do ambiente (áreas mananciais, vegetação, ecossistema).

Nesse sentido, o capital humano impulsiona o desenvolvimento do capital social, promovendo equidade e uma efetiva prática da democracia (JARA, 2001, p.99-100). Para esse autor, o capital humano

corresponde aos recursos humanos em condições de resolver com adequação e eficácia a diversidade de problema colocados pela sociedade e com capacidade de empreender processos produtivos e equitativos (JARA, 2001, p.100)

Jara (2001) também traz a concepção de capital social, atrelado e movido pelo capital humano. Para esse autor, o capital social

estrutura-se na capacidade de auto-organização, com vínculos solidários, canais de participação, instituições e organizações que estimulam a confiança e a reciprocidade nos relacionamentos entre grupos e atores sociais, formando o tecido social. Isso resulta em cidadãos empoderados, capazes de intervir (JARA, 2001, p.100).

Portanto, trazendo o debate para a perspectiva de nossa análise, o que seria de uma cooperativa com um capital humano e social desestruturado? Seria, certamente, um tecido social incapaz de solucionar problemas coletivos ou de se mobilizar e se organizar para discuti-los e para intervir sobre eles. Seria insustentável. Nesse sentido, inexistiria desenvolvimento local, que para fazê-lo, demanda tempo.

No entanto, não é essa a situação do grupo estudado, em que os vínculos solidários existem, a organização é palpável, embora os canais de participação ainda sejam relativamente pouco praticados, mas percebemos no tecido social as relações de confiança e de reciprocidade existentes no grupo.

Nessa perspectiva observamos na COOPEART os elementos locais de referência que partem das características e recursos humanos locais, o que Long e Van Der Ploeg (1994) chamam de potencial endógeno traduzido pelas energias endógenas do grupo como a solidariedade, que remete à idéia de um coletivo somado aos esforços individuais coordenados para um objetivo comum (cooperação); a responsabilidade, a competência, a responsabilidade e o conhecimento que traduzem a tentativa de construir o desenvolvimento endógeno, compreendido aqui como desenvolvimento local produzido por impulsos locais.

Assim, passamos a analisar as categorias vetores que levam ao desenvolvimento local que passam pelas relações de poder, aspirações para o futuro, amor ao trabalho e

participação dos jovens na cooperativa, o que configuraram o diálogo da cooperativa com o desenvolvimento local.

3.6.1. Amor ao Trabalho

Esta categoria é facilmente percebida no contato com os jovens, que encontram na cooperativa uma forma de bem-estar, como indica o Jovem D: *a cooperativa é um lugar aconchegante*, isto demonstra vontade na atividade laboral e que o leva a sentir nenhuma obrigação de participar do trabalho artesanal na cooperativa; para o Jovem C, ele se diz gostar muito do que faz: *eu gosto muito do que eu faço* e a fala da Jovem B revela o amor à atividade como algo que já faz parte da vida dele: *Tenho 25 anos e cresci fazendo o que faço [...] artesanato. Eu amo isso, além de estar à frente da gestão e da comercialização.*

O Jovem A compartilha da mesma opinião:

“Eu gosto muito de vir pra cá, porque aqui é um lugar que a gente trabalha, faz porque gosta. É uma oportunidade que temos pra ganhar dinheiro e ajudar na agricultura” (JOVEM A).

Assim, “o amor”, quando elemento existente no trabalho, “é a motivação mais essencial em tudo o que realizamos” (CAFÉ e INNECCO, 1992, p.23), isto é, é o que motiva, para que as coisas se realizem.

3.6.2. Relações de Poder

Quando concentramos a discussão em torno das relações de poder, Santos (2000, p. 248) traz uma compreensão bastante peculiar, em que o poder se concentra em “qualquer relação social regulada por uma troca desigual”, isto é, o poder é determinado por relações desiguais.

Na compreensão de Lazzarato e Negri (2001, p.38), “poder é a capacidade de sujeitos livres e independentes intervirem sobre a ação de outros sujeitos igualmente livres e independentes”.

Mas, a análise revelou que essa categoria ora se apresenta de forma castradora, despertando comodismo ou desinteresse, ora de forma solidária:

Eu confesso que nem sempre estou nas reuniões do grupo que acontece, porque às vezes eu não tenho tempo ou tenho outro compromisso [...] (JOVEM D).

Nas reuniões, eu sou meio calada [...] quase eu não falo, eu não gosto muito [...] (JOVEM E).

Quanto às reuniões eu sou bem participativo, mesmo quando eu tenho que faltar, eu aviso ao pessoal (JOVEM C)

Na visão da liderança da cooperativa, as discussões e decisões são compartilhadas:

Nas nossas reuniões sempre colocamos as falas para os membros, decidimos juntos e cada um se coloca da maneira que bem entende, fazendo com que as decisões sejam tomadas com o apoio e as sugestões da maioria [...] claro que aqui tem aqueles que não querem participar de forma mais ativa: às vezes, por questão de timidez ou porque não quer mesmo, está ali apenas para que os problemas sejam resolvidos e não colabora com manifestação de opinião ou sugestão, mas mesmo assim nós abrimos as falas para que todos que quiserem falar e colaborar façam. Aqui é um espaço democrático e coletivo [...] (JOVEM A).

Percebemos na essência das falas, que não há disputas de poder, por espaços na cooperativa, visto que “onde há cooperação não existem disputas de poder” (CAFÉ e INNECCO, 1992, p.23). A cooperação aqui, ganha o sentido de que o trabalho coletivo, integrado aos esforços individuais, é movido por um objetivo comum, que é de todos.

3.6.3. Participação dos Jovens na Cooperativa

A análise dessa categoria se deu a partir da identificação do tipo de participação desempenhado pelo jovem cooperado, em que apoiamos em dois tipos de participação, defendidos por Carvalho (1994): aquela que emerge da vontade do sujeito em participar dos processos decisórios, incluindo motivação para agir no trânsito desse processo; e aquela que induz o sujeito a participar, porém, excluindo-o de qualquer participação efetiva, porque parte de uma via manipuladora dirigida pela liderança. A participação integra uma ação democrática relacionando-se com o exercício de poder, imbricado nesse contexto de poder compartilhado e não desigual, manipulada por um sujeito.

Dessa forma, a análise sinalizou a presença dos dois tipos de participação, reveladas a partir das falas dos jovens:

Eu participo da cooperativa [...] mas [...] nem sempre estou nas reuniões do grupo [...], porque às vezes eu não tenho tempo ou tenho outro compromisso

[...] mas quando eu vou pra reunião eu participo das decisões do grupo, quando é necessário, [...] eu falo pouco [...] mas quando eu falo é porque fazemos parte de um grupo que é unido e os problemas que surgem precisam ser resolvidos com a opinião de todos (JOVEM D).

A fala do Jovem D revela desprendimento e comodismo diante das ausências nas reuniões, o que configura desinteresse, porém quando está presente, sua participação é limitada: *Eu participo da cooperativa [...], mas falo pouco.* O acesso ao controle das decisões é limitada também, porque, quando se participa pouco, o acesso às decisões é restrito. Observamos que há vontade quando se está presente nas reuniões, mas também há a ausência nas reuniões em que submete a liderança e aos demais membros a tomarem parte das decisões do grupo; a pessoa consente e se subordina ao que foi determinado. Portanto, nesse contexto, na ausência das reuniões os outros decidem por ele.

Fato que não é diferente da fala da Jovem E:

Nas reuniões, eu sou meio calada [...] quase eu não falo, eu não gosto muito, mas eu estou decidida a mudar isso, porque o nosso trabalho é de um grupo em que todos têm que falar e eu tenho consciência disso (JOVEM E)

O fator inibição é um contribuinte que paralisa a ação de uma tentativa de participação da Jovem E nas reuniões, o que desenvolveu uma “postura de espectador e de conformismo”, pois não se envolve ativamente e quando se posiciona é de forma serena, delegando poder para que outros decidam. Nessa participação há uma condição subalterna e a negação da pessoa como sujeito (CARVALHO, 1994, p.4).

Mas diferente é a condição do Jovem C na cooperativa, acerca da participação:

[...] quanto às reuniões eu sou bem participativo, mesmo quando eu tenho que faltar, eu aviso ao pessoal [...] eu falo mesmo, participo, dou sugestão pra que as coisas se resolvam (JOVEM C)

Observamos uma postura de participação direta, “democrática, ativa e autônoma” (PERUZZO, 1998, p.81), em que a participação se revela na sua forma mais legítima a partir do exercício de decisão tomado, o que satisfaz a perspectiva da autogestão.

Na concepção da Jovem B,

os jovens da COOPEART não participam muito das reuniões, porque não gostam ou porque se sentem envergonhados de falar em público, embora ali todos se conheçam desde que nasceu [...] eu não entendo porque isso acontece, porque a gente da liderança sempre provoca pedindo pra que o pessoal fale e dê sugestões sobre os problemas que a gente coloca em pauta (JOVEM B).

O Jovem A complementa,

Os jovens não participam das reuniões de forma ativa, mas estão inteiramente ligados na produção, na comercialização e até, às vezes, na gestão, quando é necessário. Aqui é bem democrático, todos tem que trabalhar no processo (JOVEM A).

Partindo do contexto da liderança, a postura dos cooperados no tocante à participação nas reuniões é parcial no sentido de que os jovens não participam das reuniões, mas que circulam na cadeia produtiva trabalhando ora na produção, ora na comercialização. Nessa direção, a participação dos cooperados ganha uma nova semântica de que a participação não é tida apenas nas reuniões informais ou assembléias, mas que está presente na cadeia produtiva, na organização do trabalho.

3.6.4. Aspirações para o Futuro

Ao trabalhar essa categoria percebemos o desejo dos jovens em contribuir para o progresso do trabalho artesanal da cooperativa, ao mesmo tempo em que há um chamado para que mais jovens ingressem no movimento cooperativista e que participem de forma mais contínua das reuniões e nas participações em outros grupos em que fazem parte. A fala do Jovem C levantou também uma discussão, e igualmente, uma cobrança, acerca das políticas públicas para a Juventude Rural da região:

O meu desejo é ver o nosso grupo formado por mais jovens empoderados, participando mais das oficinas de formação, no grupo de jovem, freqüentando mais as nossas reuniões [...] contribuindo pra que a gente tenha mais mercados, aprendendo mais sobre técnicas de comercialização, de vendas [...] por fim, cobrar e incomodar o poder público, através das nossas participações em outros grupos como a associação comunitária e o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, políticas públicas para a nossa juventude rural do Araripe [...], porque se não fosse essa nossa cooperativa, a gente não tinha oportunidade de trabalho mesmo pra complementar a renda no trabalho da agricultura (JOVEM C).

Segundo a Jovem B, o seu objetivo é de continuar na cooperativa, mas não se exime em dizer que tem o sonho de fazer pedagogia e seguir a carreira de professora, na medida em que a COOPEART proporciona esse acesso:

Meu objetivo no futuro é de poder continuar na cooperativa com esse trabalho, mas também de realizar o sonho de fazer pedagogia e ser professora, quem sabe por aqui mesmo na Escola Rural de Ouricuri, tudo é possível. Eu acho que a

COOPEART proporciona isso: a vontade e a possibilidade de realizar algo que a gente quer (JOVEM B).

Para a Jovem E, as aspirações se dirigiram mais para o aspecto econômico:

O meu sonho é poder ver os nossos produtos vendidos no exterior, trazendo mais dinheiro pra os nossos artesãos [...] ter acessos a mais mercados pra que a gente seja reconhecido também lá fora (JOVEM E).

Da mesma opinião compartilhou o Jovem A:

Sinto falta de uma integração maior com o mercado, de levar o nosso trabalho também para fora de nossa região, eu acredito que isso ia contribuir para valorizar ainda mais o nosso artesanato, além do financeiro que é importante (JOVEM A).

Mas, para o Jovem D, as aspirações se concentram no social e no pessoal:

O interessante é que aqui a gente valoriza muito pouco o que temos [...] aqui tem uma unidade de produção artesanal completa e todo um aparato de coisa a nosso favor [...] temos o apoio do Caatinga, com as oficinas de capacitação e formação, mas mesmo assim a turma poderia valorizar mais, cuidando do que é nosso e contribuindo pra que a gente cresça mais e mais [...] o meu sonho de estudar agronomia continua, mas eu quero estudar e voltar pra comunidade, mesmo se for casado, porque aqui nunca me faltou nada, pelo menos até hoje [...] (JOVEM D).

A fala da Jovem E, acima, reflete a necessidade de visibilidade dos produtos no mercado estrangeiro, o que implica planos de comercialização mais audaciosos para o empreendimento; ao passo que para o Jovem D, o que ele espera do futuro é que os jovens valorizem mais o que eles têm na cooperativa, além de retomar uma fala pessoal de que o seu sonho é cursar uma faculdade de agronomia.

Assim, nesse capítulo, efetuamos tentativas de diálogo entre as referências trabalhadas anteriormente e o empírico da pesquisa, os jovens integrantes da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural.

CONCLUSÃO

Chegando ao término desse estudo, procuramos direcionar nossas reflexões para o objetivo geral dessa pesquisa: analisar a inserção de jovens rurais na economia solidária no diálogo com o desenvolvimento local, a partir de um estudo de caso sobre a Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, do município de Ouricuri, Pernambuco, o que desencadeou o estudo de duas análises que formaram os objetivos específicos desse trabalho: identificar o papel da cooperativa face às bases que norteiam um empreendimento solidário, especialmente a autogestão, a partir da participação dos cooperados e analisar as categorias vetores que levam ao desenvolvimento local: as relações de poder, aspirações para o futuro, amor ao trabalho e participação dos jovens na cooperativa.

Tais objetivos visam à produção de subsídios para resposta à pergunta imbricada no problema de pesquisa, qual seja, como e por que jovens de contextos rurais se inserem em atividades sócio-produtivas de natureza autogestionária?

Discutimos diversos e importantes conceitos relacionados à temática desse trabalho, que constituiu as palavras chaves dessa pesquisa: Juventude Rural, Economia Solidária e Desenvolvimento Local, dentro de uma pretensão modesta de trabalho focado no *lócus* de pesquisa no município de Ouricuri-PE, em uma cooperativa de produção artesanal orquestrada por jovens rurais que adotaram princípios da economia solidária como orientação de suas atividades.

O quadro teórico de estudo possibilitou um diálogo profundo a partir dos autores vinculados às temáticas: Juventude Rural (Abramo, Brumer, Carneiro, Castro, Sposito e Wanderley), Economia Solidária (Arruda, Coraggio, França Filho, Gaiger, Guigue, Laville, Singer, Mance e Razeto), Participação (Carvalho e Peruzzo) e Desenvolvimento Local (Jara, Jesus e Oliveira).

Sob uma investigação empírica qualitativa adotamos duas estratégias metodológicas que possibilitaram a coleta plena dos dados e um melhor aproveitamento da pesquisa: a observação participante e o estudo de caso. A observação participante possibilitou a prática do saber ouvir e ver; do aprender quando perguntar e quando não perguntar; assim como que pergunta fazer na hora certa? e as entrevistas? Bom, algumas vezes foram dispensadas,

pois com o tempo os dados vieram ao pesquisador sem que ele fizesse qualquer esforço para obtê-las, a sensação foi esta. Mas, o método permitiu também uma cobrança dos atores para que houvesse uma devolução dos resultados desse trabalho, o que permitiu um compromisso ético da pesquisadora para atender ao pedido dos jovens de apresentar os resultados da pesquisa, através de um encontro com o grupo.

Nesse diálogo, a adoção do estudo de caso veio contemplar, não apenas um estudo descritivo, mas, analítico, onde se interrogou a situação e se confrontou os resultados obtidos com outras experiências, o que permitiu compreender a dinâmica, mas também a complexidade da unidade de pesquisa focalizada na COOPEART, partindo do contexto dos jovens rurais inseridos no trabalho solidário numa perspectiva de desenvolvimento local.

Ao compreender a importância do trabalho solidário enquanto proposta, na unidade de produção artesanal, a pesquisa deu margem para percebermos os interesses do grupo por um bem comum (a cooperação) e os vínculos dos jovens cooperados com a comunidade e com a relação com outros grupos associativos, o que enriquece as energias endógenas concentradas no capital social do grupo.

A pesquisa sinalizou que o papel da COOPEART, a partir do olhar da liderança, em relação aos cooperados, é de autonomia e de respeito. Há estímulos de participação para os cooperados através de chamadas à participação durante as reuniões, porém com entradas de intervenção quando necessário, isto é, quando o interesse se direciona para o bem individual em detrimento do coletivo.

O processo investigativo revelou, também, valores capitalistas amplamente utilizados pela COOPEART, pois o lado econômico é essencialmente mais importante que o social, ação que se distancia da prática da Economia Solidária, principalmente, porque a liderança é que tem um papel potencialmente mais elevado na gestão, embora existam práticas de participação, quando os jovens participam das reuniões, intervêm nos processos decisórios e participam da cadeia produtiva. Mas, majoritariamente, a demonstração é de que o controle não é inteiramente democrático na cooperativa.

Assim, a inserção dos jovens rurais na Economia Solidária se revela ora de forma participativa tendo à frente uma cooperativa de produção autogerida, aproximando-se da prática solidária, ora castradora, sinalizando o desinteresse e o comodismo no que diz

respeito às decisões e participações nas reuniões. O que demonstra uma concepção de participação incompleta, distanciando-se, portanto, da prática solidária.

Os jovens cooperados, nesse caso em estudo, sinalizaram uma baixa participação nas reuniões, porém, quando estão presentes, suas participações são ativas contemplando entradas nas tomadas de decisões. Outra sinalização apontada é o grau de confiança entre os membros, oriundo da convivência em grupo e dos laços de reciprocidades existentes.

Na análise acerca da compreensão dos jovens sobre Economia Solidária percebemos neles uma dificuldade na elaboração do conceito, que ora demonstravam amadurecimento no conhecimento da prática solidária, proveniente das participações em espaços de discussão política na associação comunitária, nas presenças, no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do município, no grupo de jovens e nos encontros de formação; e que ora recaía num reduzido desconhecimento da proposta solidária.

No tocante à participação desempenhada pelos jovens, a pesquisa revelou uma tendência que recaiu, na sua maioria, em que há motivação e vontade entre os jovens na prática de participar, mas há também, a prática de submissão à liderança ou aos demais cooperados a tomarem parte das decisões do grupo.

Em análise conclusiva dessa pesquisa, tendo em vista a abordagem das categorias vetores, que conduzem ao desenvolvimento local, constatamos que, apesar dos elementos que ora se distanciam e ora se aproximam da prática solidária existentes na cooperativa, e diante da diversidade de informações sobre as dinâmicas locais realizadas pela COOPEART, podemos constatar que existe uma mobilização dos jovens cooperados, das organizações sociais, concentradas nos grupos de jovens, nas associações comunitárias e no Caatinga, a fim de canalizar esforços e recursos para criar meios para combater a exclusão social e promover o desenvolvimento local.

Assim, a partir do contexto da COOPEART, constatamos que jovens oriundos de contextos rurais se inserem em atividades sócio-produtivas de natureza autogestionária com o objetivo de garantir renda para obtenção de maiores ganhos, atuando de forma associativa. Além do aspecto econômico, a disseminação de valores como a solidariedade são ações prioritárias, pois permitem a estes jovens o controle e o reconhecimento da propriedade coletiva, dos ganhos sem a intervenção da figura do patrão na gestão, ou do atravessador na comercialização dos produtos. Nesse sentido, a pesquisa revelou que os

seguintes elementos: de participação na cadeia produtiva, laços de reciprocidade, provenientes da convivência e a mobilização dos próprios jovens através da agregação de esforços compartilhados com outros grupos e instituições parecem permitir uma possível inserção deles na prática autogestionária, embora a liderança, às vezes, realize tomadas de decisões por delegação.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil. Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Perseu Abramo, 2005, p.37-72.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Organizadores. São Paulo: Perseu Abramo, 2008, p.448.

ABRAMO, Helena Wendel. O que é ser jovem no Brasil de hoje? In: SOUTO, Anna Luiza Salles; et al. (Org.). **Ser joven en Sudamérica: diálogos para la construcción de la democracia regional**. Rio de Janeiro, São Paulo e Chile: Ibase, Polis e Cidpa, 2008, p.79-100.

ARRUDA, Marcos. **A Cultura da Socioeconomia Solidária**. 2009. Disponível em< <http://evolucaocriadora.blogspot.com/2009/10/cultura-da-socioeconomia-solidaria-marcos.html>>. Acesso em 11 de dezembro de 2010.

ATLAS da Economia Solidária no Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária. **SENAES**, 2006.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Ano 11, n.21, 2009, p.282-317.

BARRETO, Raquel de Oliveira; PAES DE PAULA, Ana Paula. Os Dilemas da Economia Solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos Ebape**. Br, v.7, n.2, p.200-213, 2009.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava(PR): Unicentro, 2004.

BENATO, João Virofino Azolin. **O que é cooperativismo**. Disponível em:<<http://www.coopintegral.com.br/noticias.php?=4>>. Acesso em 26 de dezembro de 2011.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998, 395p.

BIRCHALL, J. **The International Cooperative Movement**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

BJARNASON, T.; THORLINDSSON, T. Should I stay or should I go? Migration expectations among youth in Icelandic fishing and farming communities. **Journal of Rural Studies**, n.22, 2006, p.290-300.

BONANNO, Alessandro. A Globalização da Economia e da Sociedade: Fordismo e Pós-Fordismo no Setor Agroalimentar. In: CAVALCANTI, Joseja Salette Barbosa (Org.). **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Universitária da UFPE, 1999, p.47-94.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.112-121.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E. G. de (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

CAATINGA. **Caderno de Sistematização dos encontros de formação da COOPEART**, 2005.

CABECINHAS, R. **Representações sociais, relações intergrupais e cognição social**. Paidéia, v.14, n.28, 2004, 125-137.

CAFÉ, Sônia; INNECCO, Neide. **O Livro das Atitudes**. São Paulo: Pensamento Cultrix, 1992, p.23-25.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão Rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2006.

CANCLINI, Néstor García. Entrada. In: _____. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. 2º Ed. São Paulo: USP, 1998, p.17-30.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbarano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998, 277p.

_____. **Agricultores Familiares e Pluriatividade: tipologias e políticas**. In: Luiz F. de Carvalho Costa; Roberto J. Moreira e Regina Bruno (Orgs.). **Mundo Rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.325-344.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E. G. de (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.53-66.

_____. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008, p.243-261.

CARRANO, Paulo. **Juventudes: as identidades são múltiplas**. Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p.11-27.

CARVALHO, Horácio Martins de. Bases Objetivas e Subjetivas da Participação e da Organização. In: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República. **Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o nordeste**, Aridas, 1994, p.1-12.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Nines y Juventud**, v.7, n.1, 2009, p.179-208.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de. **Juventude rural no Brasil: ressignificação e construção de identidades sociais**. 2009. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2009/files/deCastroElisa.pdf>>. Acesso em 26 de agosto de 2010.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas: de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2002.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000. p. 91-141.

_____. Problematizando La economía solidaria y la globalización alternativa. In: **II ENCUENTRO INTERNACIONAL SOBRE GLOBALIZACIÓN DE LA SOLIDARIDAD**, 2001. Disponível em: <<http://www.fronesis.org>>. Acesso em julho de 2010.

_____. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**.

Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 88-96.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitt Ayako; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010, 120p.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. In: Singer, Paul; Souza, A.R.; Cunha, G.C.; Dakuzaku, R.Y. (Org). **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Nota Introdutória de M. Cavalcante Proença. São Paulo: Ediouro, 1902, p. 59-522.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin. Os Sentidos do Trabalho para Sujeitos inseridos em “Empreendimentos Solidários”. **Psicologia em Estudo**, v.13, n.4, p.703-711, 2008.

DEFOURNY, J; DEVELTERE, P. e FONTENEAU, B. Le fil conducteur de l’ouvrage: enjeux et chantiers de l’économie sociale. In: _____. **Economie sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles: Deboeck, 1999, p.11-24.

DEFOURNY, Jacques. **Entrevista concedida a Noëlle Lechat pelo Diretor do Centre d’Études Sociales**. Liège, 15 jun. 2001.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural: uma abordagem ilustrada**. V.2. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002, 49p.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1996.

DRUMMOND, Sanyo; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. In: Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia da UnB. **Dádiva e solidariedades urbanas**. V. XVI, n.1-2, 2001.

ESTATUTO COOPEART. Cooperativa-Escola de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato. Estatuto, 2004.

FAVREAU, Louis. **Qu'est-ce que l'économie sociale?** Synthèse introductive. Outaouais: Université du Québec en Outaouais; Observatoire en économie sociale et en développement regional, 2005. Disponível em: < www.uqo.ca/observer/>. Acesso em 11 de dezembro de 2010.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Jovens: uma leitura de suas representações sociais.** Fundação Carlos Chagas, 2007, p.12. Disponível em:< http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/difusao_ideias/pdf/paper_jovens_uma_leitura_suas_representacoes_sociais.pdf> Acesso em 18 de setembro.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004, 199p.

FRANCO, C. A.; MARQUES, A. da S.; SILVA, P. M. da; CUNHA, D. M.; VITORINO DE PAULA, R. Autogestão e economia solidária no estado do Acre. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Rio Branco, **Anais...** Rio Branco, 2008. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/9/49pdf>> Acesso em 11 de setembro de 2010.

FREIRE, Jacqueline Serra; CASTRO, Edna. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E. G. de (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.215-236.

FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais.** São Paulo: Ação Educativa, 2005, 40p.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, v.19, n.55, 2005, p.367-376. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/26.pdf>>. Acesso em 14 de setembro de 2010.

GADOTTI, Moacir. **Educação Comunitária e Economia Popular**. In: Educação Comunitária e economia popular. GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GAIGER, Luiz I. G. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p.101-126.

GAIGER, L. I. Apresentação. In: GAIGER, L. I. (Ed.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p.7-15, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da Sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005 (Coleção Questões da nossa época; v.123).

GOOGLE MAPAS. Disponível em: <<http://www.google.com.br/images>>. Acesso em 24 de novembro de 2010.

GUIGUE, Bruno. **L'économie solidaire: alternative ou palliatif?** Paris: Éditions L'Harmattan, 2001.

HAMMES, Lúcio Jorge. **Aprendizados de convivência e a formação de capital social: um estudo sobre grupos juvenis**. 2005. 205 f. Tese (Doutorado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação.

HIRST, P. **Associative Democracy: New Forms of Economic and Social Governance**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1994.

HOLANDA, Renata Carneiro de. **Protagonismo Juvenil Feminino, Extensão Rural e Desenvolvimento Local: experiências de economia solidária e agroecologia na Zona da**

Mata de Pernambuco. 2009. 133f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

HOLANDA, Renata Carneiro de; DIAS, Thiago Ferreira; LEÃO, Éder Lira de Souza. A Agroecologia e as jovens, retratos de uma Zona de Mata Humanizadora. **Anais...** 2010. Ponencia apresentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010 .

IBGE. 2000. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm> >. Acesso em 09 de agosto de 2010.

IBGE. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm> >. Acesso em 10 de agosto de 2010.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003. p.101-109.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco (Seplan), 1998.

JARA, Carlos Julio. **As Dimensões Intangíveis do Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001. 352p.

JESUS, P.; PIRES, M.; RIOS, G.; SOARES, G. Introdução ao estudo da economia solidária em Pernambuco. In: L. I. GAIGER (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil,** Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.267-322.

JESUS, Paulo de. Sobre Desenvolvimento Local e Sustentável: Algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: MACIEL FILHO, Adalberto do

Rego; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira (Org.). **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável**. Recife: EDUPE, 2007, p.17-37.

JESUS, Paulo de. **Economia Solidária em Pernambuco 2008**. Recife: Ed. do Organizador, 2008. 180p.

JUNQUEIRA, L. A. P.; TREZ, A. P. O capital social e a sobrevivência das cooperativas de trabalho. ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, n.28, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2004. CD-ROM.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000. p.15-37.

LASSANCE, Antonio. Brasil: jovens de norte a sul. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008, p.73-86.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes, Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.187-188.

LAVILLE, Jean-Louis. **Une troisième voie pour le travail**. Paris: Desclée de Brouwer, 1999. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 11 de dezembro.

_____. **Economía Social y Solidaria: una visión europea**. Buenos Aires: Altamira, 2004. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 11 de dezembro.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: D&PA, 2001.

LECHAT, Noelle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálises**, v.11, n.1, p.96-104, 2008.

LONG, A.; Van Der PLOEG, J.D. **Endogenous Development: Practices and Perspectives In: Born from Within: practice and perspectives of Endogenous Rural Development**, van der Ploeg, J. D. & Long, A. (eds.), Van Gorcum, Assen, The Netherlands, 298p, 1994.

MANCE, Euclides A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIRANDA, Guacira Quirino. **Desafios da formação para a autogestão em empreendimentos de economia popular solidária**. Disponível em: <[http://www.cieps.proex.ufu.br/artigos/formacao\[1\].pdf](http://www.cieps.proex.ufu.br/artigos/formacao[1].pdf)>. Acesso em 16 de dezembro de 2010.

MONIZ D'ALVES, Lycinia Sofia. **A equidade de Gênero frente à Globalização**. Agenda Latinoamericana Mundial 2011. Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2006/textos/portugues/AccessitGeneroPort.htm>> Acesso em 20 de dezembro de 2010.

MOTA, Tatiana Castro. **Está entrando do ar... a voz da juventude**. Ong Catavento Comunicação e Educação. Disponível em: <<http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/6/6c/Mota.pdf>> Acesso em 18 de setembro de 2010.

MUILU, Toivo; RUSANEN, Jarmo. Rural young people in regional developmen - the case of Finland in 1970–2000. **Journal of Rural Studies**, n.19, 2003, p.295-307.

MUNICÍPIOS PE. Disponível em: <www.municipios.pe.gov.br>. Acesso em 09 de setembro de 2009.

MUÑOZ, Daniel Romero; FORTES, Paulo A. C. **O princípio da autonomia e o consentimento livre e esclarecido**. In: COSTA, Sérgio I. F.; OSELKA, Gabriel; GARRAFA, Volnei (Coord.). Iniciação à bioética. Brasília: CFM, 1998, p.53-70.

NARDI, Henrique Caetano; YATES, Denise Balem; FERNANDES, Janice Mendes; RODRIGUES, Manoela Carpenedo. Subjetividade e Solidariedade: A diversidade das formas de implicação dos jovens na Economia Solidária. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.19, n.2, p.320-328, 2005. <Disponível em: www.scielo.br/prc>. Acesso em 08 de dezembro de 2010.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Princípios da Economia Solidária**. Brasília: 2006, 14p. Disponível em:< http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/edson_toque7.pdf>. Acesso em julho de 2010.

NOVAES, Regina Reyes. **Juventude: conflito e solidariedade**. Rio de Janeiro: ISER. Comunicações do Iser 50, 1998.

NUNES DA SILVA, José; JOHNER, Juliana Maria Quaresma. A Perspectiva Agroecológica no Processo Formativo de Jovens Agentes de Ater. **Anais...** 2010. Ponencia apresentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: USP, 2001.

PERUZZO, Cecília Maria K. Participação. In: _____. **Comunicação dos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. 3º Ed, Petrópolis: Vozes, 1998, p.73-111.

PERUZZO, Cicília K. Comunidades em tempo de redes. In: PERUZZO, Cicília K; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel (Org.). **Comunicação e Movimentos populares: quais redes? Comunicación y movimientos populares: cuáles redes?** São Leopoldo: Ed. UNISINOS; La Habana: Centro Memorial Dr. Martin Luther King. Jr; Montevideo: Ciências de la comunicación. Universidade de La república: 2002.

PIRES, Maria Luiza Lins e. A (re)significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: TAVARES, Jorge (Org.); SILVA, Josenildo de Souza et al. **Extensão Rural e desenvolvimento sustentável.** Recife: Bagaço, 2005, p.45-69.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 1980, 360p.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Portugal: Gradiva, 2005, p.163-164.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza nas nações.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981, 209.p.

RAZETO, Luis. **Los Caminos de la Economía de Solidaridad.** Buenos Aires: LUMEN-HVMANITAS, 1997.

RELATÓRIO GLOBAL. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas/ Relatório Final 2.** Ibase/Polis, 2006, p.104. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/objuventude/textos/Relatorio_Final.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2010.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. The civil society sector. **Society**, v.34, n.2, 1997, p.60-66. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 11 de dezembro.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. 2ª Ed. Porto: Afrontamento, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.23-77.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Os processos da Globalização**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo; Cortez Editora, 2005.

SENAES. **Atlas de Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a, p.11-28.

_____. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco ; COSTA, Beatriz (rgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE e UCSAL, 2000b, p.143-161.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A Outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003a.

_____. **Globalização e Desemprego**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2003b.

_____. **A economia solidária como ato pedagógico**. In: KRUPPA, Sonia (Org.). Economia Solidária e Educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005.

SOUZA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v.11, n.1, p.53-60, 2008.

TAUILIE, J. R. **Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária**. São Leopoldo: Unisinos, 2001. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 11 de dezembro de 2010.

VARGAS, José. **Sociologia**. José Vargas. Porto: 2002. p.119-120. Disponível em: <<http://cadernosociologia.blogspot.com/2009/11/observacao-participante.html>>. Acesso em 22 de novembro de 2010.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**, n.20, v.5, p.383-386, 2007.

VIETEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado: Cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 151p.

YAPU, Mario. Ser Joven y percepción sobre diferencias y desigualdades en Bolívia. In: SOUTO, Anna Luiza Salles; et al. (Org.). **Ser joven en Sudamérica: diálogos para la construcción de la democracia regional**. Rio de Janeiro, São Paulo e Chile: Ibase, Polis e Cidpa, 2008, p.45-76.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. Em publicacion: Uma nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950.9231-58-4. Disponible em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>.

_____. Olhares sobre “rural” brasileiro. **Revista Raízes**, v.23, n.1/2, p.82-98, 2004.

_____. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: _____. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p.185-200.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E. G. de (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.21-33.

ANEXOS

Questionário Padronizado

Instrumento de uso para diagnóstico na cooperativa. Adaptação do Projeto Alternativas de Trabalho e Renda para os Jovens, de iniciativa das organizações promotoras de pesquisa: Instituto Aliança, Pangea, Eletrocooperativa e Avina.

Identificação do Empreendimento

1. Nome do empreendimento:

Nome Fantasia/Sigla:

Endereço:

Bairro: UF: Brasil

Município: CEP:

Telefone: Fax E-mail:

Home-page:

Ano de início: CNPJ:

2. Pessoa de contato:

Telefone:

Email:

3. Forma de organização

- Grupo informal
- Associação
- Cooperativa
- Empresa
- Outro (especificar):

4. Área de atuação

- Urbana
- Rural e urbana

5. O que motivou a criação do empreendimento?

- Uma alternativa ao desemprego
- Uma fonte complementar de renda
- Condição exigida para ter acesso ao crédito
- Obtenção de maiores ganhos atuando de forma associativa

Outro (especificar):

6. Número de participantes

Homens: de 16 a 24 anos: de 25 a 29 anos:

Mulheres: de 16 a 24 anos: de 25 a 29 anos:

N ° total de pessoas (jovens e adultos):

Informações sobre Atividade Econômica

1. Principais atividades econômicas do empreendimento

Produção (indústria, artesanato, confecções etc.)

Outro (especificar):

2. Especifique os produtos e serviços do empreendimento:

3. Especifique os insumos/matérias-primas para o empreendimento

4. Situação do local de funcionamento

Própria

Alugada

Arrendada

Cedida ou emprestada

Outro (especificar):

5. Os equipamentos do empreendimento

Próprios

Arrendados

Alugados

Cedidos ou emprestados

Outro (especificar):

6. Como é feita a comercialização

Lojas ou espaços próprios

Espaços de venda coletiva

Feiras e exposições eventuais

Entrega direta a clientes

Outro (especificar):

7. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo empreendimento

Não consegue encontrar quantidade suficiente de clientes

- Falta de maior qualificação dos participantes em vendas
- Preços dos produtos e serviços muito altos
- Falta de capital de giro para vendas a prazo
- Outro (especificar):

8. O empreendimento utiliza algum tipo de divulgação? Em caso negativo, desconsidere o item 9.

- Sim
- Não

9. Quais os meios de divulgação do empreendimento?

- Cartazes, catálogos, panfletos
- Jornais, revistas e rádios comunitárias
- Feiras e exposições
- Divulgação informal
- Outro (especificar):

Investimentos e Apoios

1. Origem dos recursos para início do empreendimento

- Dos próprios participantes
- Empréstimos ou financiamentos governamentais. Quais?
- Empréstimos ou financiamentos não-governamentais. Quais?
- Doações. Quais?
- Outro (especificar):

2. Qual o tipo de investimento realizado no empreendimento nos últimos 12 meses?

- Infra-estrutura física
- Equipamentos
- Matérias-primas
- Abertura de espaços de comercialização
- Capacitação de mão-de-obra
- Outro (especificar):

3. Quem forneceu apoio ao empreendimento?

- Órgãos governamentais. Quais?
- Órgãos não-governamentais. Quais?
- Sistema “S”. Qual?

- Organismos Internacionais. Quais?
- Universidades, incubadoras. Quais?
- Outro (especificar):

Gestão do Empreendimento e situação de trabalho

1. Quais as instâncias de coordenação do empreendimento?

- Assembléia de participantes
- Diretoria/ conselho diretor / coordenação
- Grupos de trabalho
- Outro (especificar):

2. Se houver sobra ou excedente, qual o destino?

- Fundo de investimento
- Fundo de reserva
- Distribuição entre os sócios
- Abertura de espaços de comercialização
- Outro (especificar):

3. Tipo de relação de remuneração estabelecida entre os participantes do empreendimento?

- Remuneração fixa
- Remuneração por produto ou produtividade
- Remuneração por horas trabalhadas
- Outro (especificar):

Participação Social e Política

1. O empreendimento participa de algum fórum ou rede?

- Sim Qual? Não Tem interesse

2. O empreendimento participa de Movimentos Sociais?

- Sim Qual? Não Tem interesse

3. O empreendimento desenvolve alguma ação social ou comunitária?

- Sim Qual? Não Tem interesse

APÊNDICE I

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX**

**A INSERÇÃO DE JOVENS RURAIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE
ADOLESCENTES E JOVENS DO SETOR DE ARTESANATO DO MEIO RURAL, DO MUNICÍPIO
DE OURICURI, PERNAMBUCO**

Roteiro de Entrevista com Membros da COOPEART

1. Filtro

- 1.1. É agricultor(a) familiar?
- 1.2. Mora em que comunidade rural?
 - 1.2.2. Fone de contato:
- 1.3. Com quem?
- 1.4. Faz parte da Cooperativa há quanto tempo?

2. Identificação

- 2.1. Nome:
- 2.2. Idade:
- 2.3. Você estuda ou estudou? Escolaridade:
- 2.4. Exerce alguma atividade na cooperativa? Qual?
- 2.5. Como são as reuniões?
() Mensais () Quinzenais () Semanais () Diárias () Outras
- 2.6. O que significa a cooperativa na sua vida?
- 2.7. Como se dá a sua participação na cooperativa?
- 2.8. Comparece e participa de todas as reuniões e dos encontros?
- 2.9. Você se sente na obrigação de participar destas atividades? () Sim () Não
Por quê?
- 2.10. Como se organizam?
- 2.11. Onde funcionam as atividades?
- 2.12. Como funcionam as atividades?
- 2.13. Qual a sua opinião sobre essas atividades? Você gosta delas?

- 2.14. Você se sente motivado para o que faz?
- 2.15. Você acha que participa das decisões do grupo? Por quê?
- 2.16. Possui contato com outros grupos? Quais? Onde e Como?
- 2.17. Como sua família vê sua participação do grupo?
Apóia? () Sim () Não () Indiferente
Por quê?
- 2.18. O que você espera dessa atividade?
- 2.19. Quais os desejos do grupo?
- 2.20. Quais as atividades do grupo?
- 2.21. Em sua opinião, que contribuição vocês dão a Ouricuri?
- 2.22. E que contribuição você acha que a cooperativa dá a Ouricuri?
- 2.23. Acredita que os membros da cooperativa estão criando alternativas para enfrentar a exclusão social e contribuir para o desenvolvimento local?
() Sim () Não Por quê?
- 2.24. O que você entende sobre Economia Solidária?
- 2.25. Como a Economia Solidária se expressa na cooperativa?

APÊNDICE II

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX**

**A INSERÇÃO DE JOVENS RURAIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA
ESCOLA DE JOVENS E ADOLESCENTES DO SETOR DO ARTESANATO, DO SERTÃO DO
ARARIPE, PERNAMBUCO**

Roteiro de Entrevista com Lideranças da COOPEART

1. Diagnose

Identificação:

1.1. Nome da Cooperativa:

1.2. Ano de criação:

1.3. Motivação:

1.4. Como surgiu?

1.5. Quantos sócios têm inscritos?

1.6. Quantos participam efetivamente?

1.7. Média de idade:

1.8. Escolaridade:

1.9. Profissão predominante:

1.10. Há quanto tempo a cooperativa está estabelecida nesta região?

1.11. Quais os objetivos em comum dos membros da cooperativa?

1.12. Como a cooperativa trata os objetivos individuais dos seus participantes?

1.13. Como se dá o processo de interação entre os membros da cooperativa na comunidade?

1.14. A cooperativa interfere no processo de organização e decisão do grupo?

() Sim () Não Por quê?

1.15. O que você entende sobre Economia Solidária?

1.16. Como a Economia Solidária se expressa na cooperativa?